

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Alterações significativas	11
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	12

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	13
10.2 - Resultado operacional e financeiro	25
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	48
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	50
10.5 - Políticas contábeis críticas	55
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	57
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	58
10.8 - Plano de Negócios	59
10.9 - Outros fatores com influência relevante	62

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos****5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos****5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:**

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos, aplicável à CELESC e suas subsidiárias integrais, em 11/03/2013.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

**Objetivos:**

- Contribuir para o alcance dos objetivos do Plano Diretor da organização, através de mecanismos para mitigação de riscos;
- Orientar a gestão para a eficácia e eficiência das operações, confiabilidade das demonstrações financeiras e conformidade com leis e regulamentos;
- Contribuir para a transparência e monitoramento dos processos, de forma a evitar potenciais falhas de processos e seus impactos nos negócios da organização através de mecanismos de controles internos;
- Incentivar as boas práticas de Governança Corporativa.

Para assegurar que a Gestão Estratégica de Riscos e os Controles Internos na Celesc sejam executados de forma a prevenir ou mitigar os riscos, as seguintes diretrizes estratégicas deverão ser observadas:

- Informar e comunicar continuamente todos os níveis da organização a respeito da importância e dos resultados dos processos de Controle Interno e Gestão de Riscos;
- Avaliar a relação custo-benefício da implantação de pontos de controles;
- Disponibilizar as informações de interesse das partes interessadas com transparência;
- Capacitar, treinar e conscientizar os empregados para geração de bases fundamentais de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos;
- Integrar sistemicamente o processo de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos buscando o envolvimento de todos os responsáveis;
- Definir responsabilidades, delegação de poderes e segregação de funções dos empregados na Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos;
- Acompanhar e avaliar a exposição definida pelos gestores frente aos seus riscos;
- Estabelecer controles internos de acordo com as melhores práticas de forma a prevenir não conformidades;
- Analisar as decisões a serem tomadas procurando levar em consideração os riscos previamente identificados;
- Disponibilizar infraestrutura e recursos necessários para a adequada execução.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### i. os riscos para os quais se busca proteção

A empresa procura proteção para fatores que podem causar prejuízo à continuidade das atividades como subestações (CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.) e das Usinas (CELESC GERAÇÃO S.A.).

### ii. os instrumentos utilizados para proteção

A empresa possui apólices de seguros que cobrem de forma orientada apenas sinistros envolvendo Usinas de Geração de Energia Elétrica e Subestações.

### iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Celesc possui uma estrutura organizacional implementada conforme descrito abaixo:

O Conselho de Administração, órgão máximo na estrutura organizacional da companhia e de gestão estratégica de riscos, tem como responsabilidade específica a aprovação de apetite ao risco e acompanhar e avaliar os reportes de riscos e não conformidades e o nível de conformidade dos processos da organização.

Como órgão de Assessoramento ao Conselho de Administração e também integrando a estrutura organizacional de gestão de riscos, há o Comitê Jurídico e de Auditoria, cujas responsabilidades principais são: acompanhar e avaliar a eficácia dos mecanismos do processo de gestão estratégica de riscos e controles internos relatando ao Conselho de Administração os resultados do acompanhamento dos riscos.

Como parte integrante do processo de gestão de riscos, a Diretoria Executiva tem papel fundamental na identificação, avaliação, controle, mitigação, monitoramento, proposta de limites de riscos e desenvolvimento de planos de ação para mitigação de riscos, acompanhar a execução dos pontos de controle em suas áreas.

A Celesc conta com uma Diretoria de Planejamento e Controle Interno que tem em suas atribuições o desenvolvimento da gestão estratégica de riscos e controles internos, objetivando assegurar a execução da estratégia de longo prazo do Grupo Celesc.

Esta Diretoria é composta por três departamentos, sendo um deles o Departamento de Gestão de Riscos e Controle Interno - DPGR, que tem como responsabilidade coordenar e promover, de forma integrada, o monitoramento e a articulação da gestão de riscos e controles internos, desenvolvida nas áreas corporativas e reportar para os órgãos superiores da estrutura organizacional. Neste Departamento, há uma Divisão, denominada Divisão de Gestão de Riscos - DGVI, com atividades exclusivamente direcionadas para o processo de gestão de riscos. E outra divisão denominada Divisão de Controles Internos, voltada ao monitoramento dos Riscos de Reporte Financeiro, por meio dos processos internos.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

Há também a Auditoria Interna, que está subordinado a Presidência da Celesc, e tem como atividades no processo de gestão de riscos verificar os dados reportados pelo DPGR através de testes amostrais e reportar para os órgãos superiores da estrutura organizacional os resultados encontrados.

Além disso as Empresas contam com Ouvidoria, canal de denuncia aberto ao público, com reporte ao Comitê de Ética, ligado ao Conselho de Administração.

**c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Celesc possui estrutura organizacional implementada e adequada conforme descrito acima (letra b.iii). Além da Divisão de Gestão de Riscos no Departamento de Gestão de Riscos e Controle Interno, há também a Divisão de Controle Interno, que atua com foco nas demonstrações financeiras.

Em sua análise do Ambiente de Controles identificou-se uma adesão de 32% dos empregados ao Código de Conduta Ética. Essa questão está sendo revista com a disponibilização de treinamento online a todos, que passará a ser anual obrigatoriamente.

Em 2016, a companhia recebeu 30 denúncias relativas à conduta ética. Cabe ressaltar que está previsto para este ano a revisão e formalização do processo de recebimento e encaminhamentos das denúncias recebidas, bem como do sistema de gestão das informações recebidas.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2 Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Celesc não possui uma Política específica para gerenciamento de riscos de mercado em razão de tratar os riscos de mercado, juntamente com os demais riscos estratégicos da empresa, existentes no mapa de riscos da Empresa, através da análise de cada risco. Caso identificado a exposição destes riscos acima do limite aceito pela empresa são implementados planos de ação para mitigação destes riscos, com aplicação da mesma Política, conforme mencionado no item 5.1.a.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado são os mesmos mencionados no item 5.1.b.

i. **Os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

A companhia não possui estratégia de proteção patrimonial (hedge), pois até o momento não possui operações com características de derivativos, seja por moedas estrangeiras, câmbio, juros, etc.

ii. **Estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

A Companhia, suas subsidiárias integrais não fazem uso de quaisquer instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge), pois até o momento não possui operações com características de derivativos, seja por moedas estrangeiras, câmbio, juros, etc.

iii. **Os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**

A Companhia e suas subsidiárias integrais não fazem uso de quaisquer instrumentos financeiros.

iv. **Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Como a Companhia, suas subsidiárias integrais não fazem uso de quaisquer instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge), pois até o momento não possui operações com características de derivativos, seja por moedas estrangeiras, câmbio, juros, etc., não há parâmetros para descrever.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

- v. **Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

A Companhia, suas subsidiárias integrais não fazem uso de quaisquer instrumentos financeiros.

- vi. **A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**

Os riscos de mercado também são analisados juntamente com os demais riscos estratégicos através da estrutura mencionada no item 5.1.b.iii.

- c. **adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Celesc possui estrutura organizacional implementada e adequada conforme descrito no item 5.1.c.

A companhia está direcionando o foco de atuação para implementação de controles internos para efetividade da política, com caráter preventivo, se antecipando aos controles de auditorias interna e externa, de acordo com as Instruções CVM 480 e 552.

Em abril de 2015, a Diretoria Colegiada aprovou a Política Anticorrupção da Celesc, em cumprimento à Lei 12.846 sancionada em agosto de 2013 e ao Decreto nº 8.420, de março de 2015, que regulamenta a referida Lei. A Política criada pela Celesc, aplica-se a todas as pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem fins lucrativos envolvidas com as operações da Celesc. Ela estabelece as diretrizes e as implicações em casos de violações e as sanções aplicáveis.

Em paralelo, foi criado um Canal de Denúncia aberto ao público, interno e externo, passível de comunicação anônima. As denúncias são direcionadas diretamente à Ouvidoria e ao Comitê de Ética da empresa.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

- a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A avaliação de eficácia dos nossos controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras é baseada nos critérios estabelecidos em “controles internos – Estrutura Integrada” emitida pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission).

Em 2016 os testes referentes aos controles internos dos processos, foram realizados parcialmente e estão passando por revisões significativas no próprio desenho. Portanto, não serão reportados por não terem sido conclusivos.

Ainda em 2016, foram realizados testes para avaliação do ambiente de controles internos, baseados nos 17 princípios estabelecidos pelo COSO, observando primordialmente o conjunto de padrões, processos e estruturas que provê as bases para a realização dos controles internos por toda a organização. Para os 17 princípios avaliados, identificou-se que a empresa atende a todos os princípios, porém apenas 3 são atendidos na sua totalidade e 14 princípios são atendidos parcialmente.

Baseados nesse resultado da avaliação dos princípios, foram identificados alguns pontos de atenção a serem observados pela administração, a fim de realizar melhorias na gestão. A seguir destacamos as principais deficiências.

1. Baixa adesão ao Código de Conduta Ética e à Política Anticorrupção– a empresa lançou uma política anticorrupção e revisou seu código de conduta ética, porém não houve total adesão por parte dos colaboradores.

Para resolver esta deficiência a administração está desenvolvendo um trabalho de comunicação com os envolvidos para que os mesmos realizem o treinamento on-line disponibilizado pela empresa, cuja adesão está vinculada à conclusão do treinamento.

2. Atendimento à Lei 13.313 de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais) – embora as empresas estejam no prazo para adequação à Lei 13.303/2016, foi identificado que muitas das adequações ainda não havia iniciado, incluindo a periodicidade anual de treinamento sobre o Código de Conduta Ética.

A este respeito, grupos de trabalho foram formados pelo Governo do Estado de SC em conjunto com as empresas estatais catarinenses, para padronizar e aderir à legislação dentro do prazo previsto.

3. Mesmo estando prevista no Código de Conduta Ética a emissão de relatórios trimestrais de acompanhamento das denúncias, a fim de demonstrar o quantitativo apurado no

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

período, bem como os índices de casos solucionados/encaminhados, estes relatórios não vem sendo emitidos. O que pode comprometer o acompanhamento pela Alta Administração, da eficácia dos mecanismos estabelecidos.

O processo que diz respeito ao encaminhamento e tratamento das denúncias será revisado e normatizado.

4. Os procedimentos usuais para os encaminhamentos das denúncias recebidas ainda não estão devidamente formalizados e normatizados.

O processo está sendo revisado e será formalizado por meio de normativas internas.

5. Embora as reuniões dos comitês aconteçam com frequência mensal de acordo com as reuniões do Conselho de Administração, estas reuniões não são registradas em ata própria, com exceção as reuniões do Comitê de Ética. Alguns assuntos discutidos nas reuniões dos comitês são apenas relatados na ata do Conselho de Administração. Mesmo assim, não há garantia de que tudo o que é discutido fica registrado.

Após a avaliação realizada em 2016, os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração passaram a registrar os assuntos discutidos em atas.

6. A Celesc não possui um Programa Antifraude. E nos trabalhos de auditoria, não são realizadas avaliações periódicas do risco de fraude.

A administração definiu que será desenvolvida, pelas áreas competentes, uma proposta para a criação de um Programa Antifraude.

7. Ainda há muitos processos críticos a serem mapeados para identificação de controles internos.

A administração contratou uma consultoria externa para mapeamento e identificação de controles internos para novos processos, com início em abril/2017.

### **b. As estruturas organizacionais envolvidas**

A Estrutura organizacional envolvida com os controles de elaboração de demonstrações financeiras é a mesma citada no item 5.1.b.iii.

### **c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.**

As informações relevantes que envolvem os assuntos de Controles Internos são reportadas, quando necessário, à Diretoria Colegiada e ao Comitê Jurídico e de Auditoria. Os cargos das pessoas responsáveis pelo referido monitoramento são: Gerente da Divisão de Controle Interno, Gerente do Departamento de Gestão de Riscos e Controle Interno, Diretor de Planejamento e Controle Interno e Conselheiros integrantes do Comitê Jurídico e de Auditoria.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- d. **deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.**

1. Avaliação do valor justo da empresa investida companhia Catarinenese de águas e saneamento ("CASAN"):

Recomendação: Implementar controles de revisão das premissas utilizadas para cálculo dos ativos avaliados a valor justo.

2. Complemento de provisão para perdas com crédito de liquidação Duvidosa (PCLD):

Recomendação: Apesar do cálculo da PCLD estar de acordo com os critérios estabelecidos pela ANEEL para ins e demonstração financeira regulatória, recomendamos implementar análises individuais por classe consumidora a fim de verificar a necessidade de complemento das provisões para perdas com crédito de liquidação duvidosa, para os casos de clientes com títulos inadimplentes em várias faixas de vencimentos.

3. Conciliação de depósitos judiciais:

Recomendação: Aprimorar os controles de conciliação entre os relatórios auxiliares e os saldos contábeis e ajustar os saldos contábeis, quando necessário, de forma tempestiva.

4. Contingência multa referente tributação do IR e CS da CVA:

Recomendação: Recomendamos a Companhia a alteração do critério de tributação oferecido aos valores registrados na CVA.

5. Passivo atuarial – plano médico:

Recomendação: Implementar controles de revisão dos serviços prestados por terceiros para amenizar os riscos de distorções nas demonstrações financeiras.

6. Ausência de revisão e aprovação nos lançamentos manuais efetuadas no sistema de faturamento:

Recomendação: Desenhar e implementar procedimentos de revisão e aprovação para todas inclusões, alterações e exclusões manuais efetuados no sistema de faturamento e contas a receber da Companhia.

7. Formalização e aprimoramento dos controles sobre os valores ativos e passivos financeiros – CVA:

Recomendação: Recomendamos que a Companhia estabeleça as seguintes rotinas ou procedimentos:

- Automação das apurações através da integração das informações contábeis que são a base da CVA, minimizando as inserções manuais;
- Formalização da rotina de apuração da CVA através da documentação dos processos, cronogramas e rotinas de controles de cálculos; e
- Definição de responsáveis que tenham como rotina conferir de forma independente os cálculos apurados da CVA, evidenciando que essa conferência foi realizada.

8. Análise periódica da realização do contas a receber de precatórios com a prefeitura de Criciúma

Recomendação: Recomendamos que a Companhia reavalie periodicamente a estimativa de realização dos saldos a receber de precatórios com a Prefeitura de Criciúma e, avalie a necessidade da realização de provisões de perda, sempre que houver indicativos de perda na realização desses créditos.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 9. Ausência de revisão de alteração salarial:

Recomendação: Implementar controles para assegurar que as alterações no sistema da folha estão de acordo com as alterações aprovadas pela Administração (ex. revisão das alterações por parte da chefia da Divisão de Planejamento (DVPM)).

### 10. Ausência de trava sistêmica para realização de horas extras sem autorização e justificativa:

Recomendação:

Sugerimos que a Administração da Companhia implemente a criação de controles eficazes para aprovação e justificativa das horas extras com o objetivo de evitar questionamentos trabalhistas.

### 11. Monitoramento de usuários genéricos e terceiros no SAP:

Recomendação: Bloquear todos os usuários genéricos ativos para o sistema SAP, para os usuários genéricos considerados necessários realizar monitoramento dos acessos e atividades realizadas.

### 12. Existência de superusuários ativos no sistema:

Recomendação: Recomendamos que a Companhia revogue todos os acessos privilegiados com nível Debug. Os acessos desse nível devem ser concedidos apenas temporariamente para realização de atividades devidamente aprovadas. Adicionalmente todos os acessos dos usuários devem ser monitorados durante o período em que possuírem acesso Debug.

### 13. Falta de evidência de solicitação e aprovação para acesso como Administrador sistema SAP:

Recomendação: Para todos os usuários com nível de acesso de administrador do sistema SAP formalizar e manter evidências da solicitação e aprovação dos acessos.

### 14. Usuário genérico sem monitoramento no sistema Oracle:

Recomendação: Bloquear todos os usuários genéricos ativos para o sistema Oracle, para os usuários genéricos considerados necessários realizar monitoramento dos acessos e atividades realizadas.

### 15. Falta de parametrização de sistemas:

Recomendação: Ativar os logs de concessão e revogação de acessos para o Active Directory, SAP e Banco de dados. Ativar também os logs de alterações para o banco de dados.

### 16. Falta de parametrização de senhas:

Recomendação: Alterar as configurações dos parâmetros de senhas do Active Directory e sistema SAP para que as mesmas estejam em conformidade com padrões mínimos de segurança definidos na política de segurança da informação.

### 17. Falta de política e revisão de acesso:

Recomendação: Estudar viabilidade de implementação de uma política e procedimentos para revisão periódica dos perfis de acesso dos usuários dos sistemas de negócio da Companhia.

### 18. Falta de aprovação de alteração no sistema SAP:

Recomendação: Para todas as alterações sistêmicas realizar formalização e manter evidências da solicitação, homologação e aprovação da mudança.

### 19. Falta de registro de alteração e revisão de alterações no sistema SAP e Oracle:

Recomendação: Avaliar a viabilidade de ativação dos logs de alterações no banco de dados e da implementação de políticas e procedimentos para a realização de revisões periódicas sobre as alterações realizadas no Active Directory, Banco de dados e SAP.

### 20. Segregação de função:

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

Recomendação: Avaliar a viabilidade do desenvolvimento e implementação de matriz de segregação de funções para os sistemas de negócio da Companhia.

21. Falta de política e procedimento de backup e restore;

Recomendação: Avaliar a viabilidade para a implementação de políticas e procedimentos para os processos de backup, restore.

- e. **comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Companhia está tomando as devidas providências para sanar as deficiências apontadas pelo Auditor Independente.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

**5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

Não houveram alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada..

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

Não há outras informações relevantes sobre gerenciamento de riscos e controles internos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

As Centrais Elétricas de Santa Catarina atua de forma estratégica, aperfeiçoando sua estrutura financeira e patrimonial, executando a política energética, produzindo retornos satisfatórios aos investidores e auxiliando a promoção do desenvolvimento econômico da sociedade catarinense.

Em quatro de dezembro de 2015, a Celesc Distribuição, subsidiária integral, assinou contrato de renovação por mais trinta anos da concessão de serviço público de energia elétrica. O novo contrato impõe condicionantes de eficiência à distribuidora perante a qualidade do serviço e sustentabilidade da gestão econômico-financeira. Objetivando atingir as referidas metas foi traçado ações no plano operacional e de investimentos.

A Companhia apresentou, em 2016, resultado negativo de R\$ 9,81 milhões, contudo, demonstra plenas condições financeiras e patrimoniais tanto para cumprir suas obrigações de curto e longo prazo, como também dar cumprimento aos objetivos e investimentos estratégicos. A Receita Operacional Líquida (ROL) encerrou ano com R\$ 6,10 bilhões, 13,3% inferior à 2015, que foi de R\$ 7,05 bilhões, e 2,79% em relação a 2014, o qual foi de 6,28 bilhões. A queda da Receita Operacional Líquida (ROL) se deve aos seguintes motivos: (I) Diminuição na energia distribuída na subsidiária Celesc Distribuição, principalmente nas classes industrial e Comercial decorrente, principalmente da crise econômica; (II) Queda na receita com bandeira tarifária, principalmente no comparativo com 2015 quando foi bastante elevada (R\$697,4 milhões); (III) Queda do PLD da subsidiária Celesc Geração; (IV) Reconhecimento de R\$225 milhões referentes à exposição voluntária de 2014, sendo contabilizada em 2016; (V) Elevação do PMSO, reduziu 5,6% no comparativo 2015/2014, mas aumentou 13,6% no comparativo 2016/2015, sendo que houve aumento de 7,27% no período de 2014 a 2016 (R\$930,5 milhões em 2016 ante R\$867,4 milhões em 2014); (VI) Revisão tarifária da Celesc Distribuição com efeito negativo de 4,16% (efeito médio para o consumidor) para a Celesc Distribuição.

O EBITDA consolidado do grupo Celesc foi de R\$329,3 milhões, resultado 39,2% inferior ao atingido em 2015, que foi de R\$541,6 milhões, e 69,0% menor em comparação 2014, que foi de 1.063,9 milhões. O Lucro foi negativo em R\$9,8 milhões, resultado 107,5% inferior ao ano de 2015, na qual obteve lucro de R\$130,7 milhões, e 101,9% inferior a 2014, o qual registrou lucro de R\$513,1 milhões. A evolução do Lucro Líquido e do EBITDA em 2016 seguem o crescimento da Receita Operacional Líquida (ROL).

Na Celesc Distribuição, em 2016, a Receita Operacional Líquida (ROL) atingiu R\$ 6,0 bilhões de realização, retração de 10,7% em comparação a 2015 quando registro 6,9 bilhões e 1,8% em relação a 2014 quando assinalou 6,09 bilhões. As causas da redução da ROL já foram abordados na avaliação do Consolidado.

As Despesas Operacionais da Celesc Distribuição (PMSO) atingiram R\$884 milhões, aumento de 14,7% ao realizado em 2015 quando registraram R\$771,2 milhões, já o Custo com Energia Elétrica totalizou R\$ 4,48 bilhões, valor 15,2% inferior ao assinalado em 2015 (R\$5,28 bilhões), sendo que juntas totalizaram R\$ 5,96 bilhões, representando 98% da Receita Operacional Líquida (ROL). O Resultado do Serviço (EBIT) foi de R\$21,8 milhões, redução de 91,0% em relação ao ano anterior. O saldo líquido dos ativos e passivo regulatório totalizaram saldo de R\$406,6 milhões de passivo (R\$267,9 milhões de constituição de ativo e R\$674,5 milhões de constituição de passivo). O EBITDA encerrou em R\$219,0 milhões positivos, retração de 13,2% em comparação a 2015 e contração de 74,80% no comparativo a 2014. Com isso, a empresa encerrou 2016 tendo prejuízo de R\$ 52,5 milhões, redução de 164,6% em relação a 2015 (R\$81,3 milhões) e 113,7% em relação 2014(R\$383,6).

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Celesc Geração encerrou 2016, com Receita Operacional Líquida (ROL) de R\$125,9 milhões, contração de 6,0% em relação a 2015 (R\$133,9 milhões) e 16,1% em relação a 2014 (R\$150,1 milhões). Os Custos e Despesas Operacionais somaram R\$ 68,1 milhões, redução de 31,4% na comparação com ano anterior, influenciado pela provisão líquida (Reversão da Provisão e Impairment Test) de R\$18,1 milhões positiva e o incremento de R\$36,4 milhões nas despesas com depreciação. Por sua vez, o EBITDA encerrou em R\$93,9 milhões, com margem de 74,6%. Com isso, a Celesc G encerrou com lucro de R\$ 25,1 milhões, representando um valor inferior em 25,3% ao lucro do ano anterior quando registrou R\$33,7 milhões.

A queda do lucro da Celesc Geração se deve em parte pela redução da Receita Operacional Líquida (contração de 6,0%) devido à queda expressiva do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) e na quantidade de energia negociada diretamente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), visto que em 2014 registrava PLD médio de R\$712,42, já em 2015 este valor reduziu-se para R\$166,84 e 2016 para R\$122,00. A queda dos Custos e Despesas Operacionais decorreu, principalmente, pela base de comparação, visto que 2015 os custos e despesas operacionais estavam muito elevados devido aumento provisão para perdas do ativo imobilizado (Impairment test) conforme determina a CPC 01 (RI) resultando na perda de R\$ 20 milhões, em função da usina Pery e também do aumento das despesas com depreciação registrando R\$62,7 milhões no fechamento de 2016. A usina Pery passou a operar em 2013, contudo a depreciação foi contabilizada apenas a partir de dezembro de 2015.

Muito embora a Celesc Distribuição represente 98,9% da Receita Operacional Líquida (ROL) do Consolidado, a Centrais Elétricas de Santa Catarina vem se firmando cada vez mais como grupo, com constante e consistente desenvolvimento das atividades de geração de energia e novos negócios.

Em 2016, a Celesc Geração gerou 68,642 MW médios de energia elétrica, totalizando a produção líquida de aproximadamente 601,7 Gwh culminando no fator de capacidade de 64,2%. A quantidade de energia gerada no ano foi 0,1% maior do que em 2015, destacando: PCH Palmeira (25,4% da produção total), alta de 11,8% (+15,9 GWh) no ano; PCH Pery (19,80% da produção total), decréscimo de 3,7% (unidade geradora em manutenção desde maio/2016) no ano; PCH Cedro (11,33% da produção total), incremento 7,5% (+4,5 GWh) ano e PCH Garcia (11,67% da produção total), queda de 5,9%. Pery (135,9 Gwh) 22,6% do total produzido, Palmeiras (134,2 Gwh) 22,3%, Bracinho (71,5 Gwh) 11,9% e Garcia (69,9 Gwh) 11,6% do total produzido.

Na análise da Estrutura Financeira e Patrimonial do Grupo, em 2016, verifica-se aumento do passivo total (sem patrimônio líquido) de 13,68% em relação a 2015 e 71,20% em relação a 2014. O passivo circulante cresceu 21,8% em relação ao ano anterior, o que indica certa preocupação em relação à liquidez, pois o ativo circulante cresceu apenas 4,9% no mesmo período. Já o passivo não circulante elevou-se 2,42% e o patrimônio líquido reduziu-se 6,6%. Nesse sentido, o Grupo Celesc exibe índices de liquidez satisfatórios, contudo, o aumento do passivo circulante e redução do ativo circulante conjuntamente com a redução do patrimônio liquidam sinalizam tendência de queda dos indicadores de liquidez e consequente risco a liquidez da empresa.

Descrição (em milhares de Reais)	2016	2015	2014
Patrimônio líquido (PL)	2.075.843	2.224.728	2.343.458
Receita Operacional Líquida (ROL)	6.108.740	7.051.528	6.283.778
Custos e Despesas Operacionais (CDO)	6.055.403	6.801.497	5.449.263
Lucro Operacional (LO)	93.760	282.553	825.542
Receita Financeira Líquida (RFL)	(120.313)	(108.503)	8.973

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Lucro Líquido (LL)	(9.817)	130.674	513.055
Ativo Circulante (AC)	3.765.539	3.589.141	5.197.493
Passivo Circulante (PC)	4.072.723	3.342.708	1.763.222
Passivo Total (PT)	6.552.872	5.764.200	3.827.669
Ativo Total (AT)	8.628.715	7.988.928	6.171.127
Depreciação (D)	235.576	259.084	216.213
EBITDA (E)	329.336	541.637	1.063.958
<b>Indicadores</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
LL / PL	-0,47%	5,87%	21,89%
LL / ROL	-0,16%	1,85%	8,22%
AC / PC	92,4%	107,3%	294,7%
AT / PT	131,6%	138,6%	161,22%
PC / PT	62,15%	57,99%	46,07%
PL / PT	31,68%	38,60%	61,22%
LL / PT	-0,15%	2,27%	13,40%
Margem EBITDA	5,39%	7,68%	17,04%

Fonte: DPRI

A rentabilidade sobre o patrimônio passou de 5,87% para -0,47% na comparação com 2015 (influência do lucro negativo), indicando que para cada cem reais aplicados de capital próprio na empresa em 2016, houve perda de 0,47 centavos, embora não indique um bom desempenho do capital próprio, está condizente com os indicadores de algumas empresas que atuam no setor, devido a própria instabilidade do Setor de Distribuição nos últimos anos.

**a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

Todas as empresas do grupo apresentam índices de liquidez, tanto de curto prazo como de longo prazo, conservadores, além de lucros líquidos compatíveis com os respectivos patrimônios e níveis de endividamento, aumento na composição de curto prazo dos passivos, ocasionada basicamente pelos empréstimos bancários e Finame. A seguir estão apresentados índices e coeficientes financeiros e patrimoniais de maior relevância das empresas e consolidados.

Descrição (em milhares de Reais)	2016			2015			2014		
	Consolidado	Celesc Distribuição	Celesc Geração	Consolidado	Celesc Distribuição	Celesc Geração	Consolidado	Celesc Distribuição	Celesc Geração
Patrimônio Líquido (PL)	2.075.843	1.311.796	389.742	2.224.728	1.501.051	372.169	2.343.458	1.651.364	351.334
Receita Operacional Líquida (ROL)	6.108.740	5.985.666	125.885	7.051.528	6.919.875	133.897	6.283.778	6.097.117	150.088
Custos e Despesas Operacionais (CDO)	6.055.403	5.963.833	68.057	6.801.497	6.676.943	99.220	5.496.753	5.393.554	15.341
Lucro Operacional (LO)	93.760	21.833	57.527	282.553	242.932	34.532	825.542	703.563	133.862
Receita Financeira Líquida (RFL)	-120.314	-105.037	-18.446	-108.503	-135.855	16.767	8.973	-41.368	10.621
Lucro Líquido (LL)	-9.817	-52.530	25.143	130.674	81.346	33.654	513.055	383.618	101.600
Ativo Circulante (AC)	3.765.539	3.655.102	84.194	3.589.141	3.361.980	200.859	5.197.493	5.007.858	157.067
Passivo Circulante (PC)	4.072.723	4.055.564	21.275	3.342.708	3.289.482	48.657	1.763.222	1.689.730	64.946
Passivo Total (PT)	6.552.872	6.410.824	179.874	5.764.200	5.701.293	51.901	3.827.669	3.725.779	85.454
Ativo Total (AT)	8.628.715	7.722.620	569.616	7.988.928	7.202.344	424.070	6.171.127	5.377.151	436.788
Depreciação (D)	-235.576	-197.216	-36.384	259.084	196.342	62.737	216.213	165.387	50.821
EBITDA (E)	329.336	219.049	93.911	541.637	439.274	97.269	1.063.958	868.950	184.683
<b>Indicadores</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Celesc Distribuição</b>	<b>Celesc Geração</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Celesc Distribuição</b>	<b>Celesc Geração</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Celesc Distribuição</b>	<b>Celesc Geração</b>
LL / PL	-0,47%	-4,00%	6,45%	5,87%	5,42%	9,04%	21,89%	23,23%	28,92%
LL / ROL	-0,16%	-0,88%	19,97%	1,85%	1,21%	25,13%	8,22%	6,29%	67,69%
AC / PC	92,46%	90,13%	395,74%	107,37%	102,20%	412,81%	294,77%	296,37%	241,84%
AT / PT	131,68%	120,46%	316,68%	138,60%	126,33%	817,07%	161,22%	144,32%	511,14%
PC / PT	62,15%	63,26%	11,83%	57,99%	57,70%	93,75%	46,07%	45,35%	76,00%
PL / PT	31,68%	20,46%	216,68%	38,60%	26,33%	717,07%	61,22%	44,32%	411,14%
LL / PT	-0,15%	-0,82%	13,98%	2,27%	1,43%	64,84%	13,40%	10,30%	118,89%

Fonte: DPRI



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

**b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou cotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor do resgate.**

Não existe intenção de resgatar as ações de emissão da Companhia.

A empresa como outras companhias do setor, monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira e no custo ponderado do capital. A estrutura de capital da Centrais Elétricas de Santa Catarina (Grupo Celesc) apresenta níveis conservadores de alavancagem. Em especial na Celesc Distribuição, visa-se adequar a estrutura de capital investindo a parcela relevante de capital de terceiros no ativo remunerável.

O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Alavancagem financeira e endividamento líquido Celesc - Consolidado (em Milhares de Reais)			
	2016	2015	2014
Empréstimos financiamentos e debêntures	787.791	1.142.905	859.353
menos: caixa e equivalentes	917.464	922.047	449.789
(=) Dívida líquida	(129.673)	220.858	409.564
Total do Patrimônio Líquido	2.075.843	2.224.728	2.343.458
Total do Capital	1.946.170	2.445.586	2.753.022
Índice de Alavancagem financeira (%)	-6,66%	9,03%	14,88%

Fonte: DPRI / Posição 31/12/2016

Alavancagem financeira e endividamento líquido Celesc Distribuição (em Milhares de Reais)			
	2016	2015	2014
Empréstimos financiamentos e debêntures	677.999	1.142.905	859.353
menos: caixa e equivalentes	880.887	734.239	287.715
(=) Dívida líquida	(202.888)	408.666	571.638
Total do Patrimônio Líquido	1.311.796	1.501.051	1.651.364
Total do Capital	1.108.838	1.909.717	2.223.002
Índice de Alavancagem financeira (%)	-18,2%	21,40%	25,71%

Fonte: DPRI / Posição 31/12/2016

Alavancagem financeira e endividamento líquido Celesc Geração (em Milhares de Reais)	
	2016
Debêntures	150.019
menos: caixa e equivalentes	18.591
(=) Dívida líquida	131.428

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Total do Patrimônio Líquido	389.742
Total do Capital	521.170
Índice de Alavancagem financeira (%)	25,23%

Fonte: DPRI/Posição 31/12/2016

A estrutura de capital da Celesc Distribuição é constituída de 68% de Capital Próprio (Equity) e 32% de Capital de Terceiro (Debt) indicando níveis adequados de endividamento. O Custo Médio Ponderado do Capital (WACC) registrou 7,30% (Real), 0,8% abaixo do Regulatório (8,09%) determinado pela ANEEL, sendo 9,69% (Real) o custo do Capital Próprio e 6,42% (Real) o custo do Capital de Terceiros.

A estrutura de capital da Celesc Geração apresenta algumas peculiaridades, visto que se trata de projetos de implantação de PCHs e CGHs, sendo a estrutura de capital das PCHs e CGHs é bem alavancado nos primeiros anos de implantação do projeto. O Custo Médio Ponderado do Capital (WACC) da Celesc Geração registrou 7,80% (Real) perfazendo 8,91% (Real) de custo do Capital Próprio e 7,52% (Real) de Custo de Capital de Terceiros.

**c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Centrais Elétricas de Santa Catarina e suas empresas apresentam plena e sólida capacidade de pagar suas obrigações financeiras. A maior parte totalidade dos compromissos financeiros da Centrais Elétricas de Santa Catarina é derivada das atividades da Celesc Distribuição, apresentando seguros índices de endividamento e liquidez, tanto de curto prazo como de longo prazo e uma pequena parte da totalidade dos compromissos financeiros é oriunda da Celesc Geração decorrente do processo de outorga das usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão renovada no final de 2015.

**d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

- Mútuo Celesc Distribuição S.A com Celesc Geração S.A**

Em 16 de agosto de 2016, a Celesc Geração S.A (Mutuante) e a Celesc Distribuição (Mutuaria) firmaram contrato de mútuo, com anuência da ANEEL, pelo prazo de 24 meses e taxa de juro de 125% do CDI. A mutuante, de acordo com as necessidades da mutuaria, poderá realizar disponibilizações financeiras até o limite de R\$ 110 milhões.

- Debêntures – Celesc Geração**

Em 28 de janeiro de 2016, em assembleia geral extraordinária, foi aprovada, por unanimidade, a realização da 1ª (primeira) emissão, pela Companhia, de 15.000 (quinze mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), totalizando R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, tendo vencimento no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data da emissão, sem atualização monetária. Os juros remuneratórios corresponderão a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros e serão pagos trimestralmente, sem carência, nos meses de junho, setembro, dezembro e março, sendo o primeiro pagamento devido em 3 de junho de 2016 e o último pagamento devido na data de vencimento. O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado integralmente na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das debêntures resultante do resgate antecipado, de amortização extraordinária ou na data do

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

vencimento antecipado. As Debêntures têm como compromisso contratual (covenant) apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA inferior a 2,5 nos dois primeiros semestres e relação Dívida Líquida/EBITDA inferior a 2 nos dois últimos semestres.

Os recursos da emissão de debêntures da Celesc Geração foram utilizados para pagar a segunda parcela da outorga de usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão renovada no final de 2015. A emissão contou com garantia corporativa da acionista controladora, a holding Celesc.

### e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Em função das dificuldades enfrentadas pelo Setor Elétrico, a empresa, como outras empresas do setor, recorre ao Mercado Financeiro via captação de recursos para solucionar problemas de caixa. Os empréstimos foram tomados a taxas usuais de mercado conforme o cenário macroeconômico do momento.

Abaixo tabela com os empréstimos e financiamento para capital de giro:

Tipo de Empréstimo/Financiamento	Montante Contratado	Data da Contratação	Taxa de Juros	Vencimento
Capital de Giro (Banco do Brasil)	100.000.000	Janeiro/2015	110% CDI	Janeiro/2018
Capital de Giro (CEF)	300.000.000	Abril/2015	121,5% CDI	Junho/2018
Mutuo/ Celesc D e G	38.000.000	Agosto/2016	125,0% CDI	Agosto/2018
Debênture I (Banco do Brasil)	300.000.000	Mai/2013	CDI + 1,3%	Mai/2019
Debênture – Celesc Geração	150.000.000	Janeiro/2016	125% CDI	Mai/2018

Além do capital de giro, a empresa também capta recursos para insuficiência de caixa e investimento via Fname e empréstimos via eletrobras.

### f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

#### (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Restrições legais de endividamento das empresas sob controle estatal dificultam o acesso da Centrais Elétricas de Santa Catarina e de suas subsidiárias integrais às linhas de crédito do BNDES, impossibilitando-as de competir em igualdade de condições pela oferta de capital. Tais restrições encontram-se basicamente materializadas na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e na impossibilidade de empréstimos do BNDES. Desse modo, as empresas controladas pelo Estado tendem a ser menos alavancadas que as empresas privadas.

Abaixo se detalham as principais fontes de captação utilizadas pela empresa:

- **Debêntures – Celesc Distribuição S.A**

Em maio de 2013 a Celesc Distribuição emitiu pela primeira vez R\$ 300 milhões em debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória. O objetivo era captar recursos para reforço de caixa para capital de giro e

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

investimentos. A debênture gerará para a empresa remuneração de 100% do CDI mais um spread de 1,3% ao ano, sendo paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão.

Abaixo as características de Debêntures captadas pela Celesc Distribuição:

Autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de abril de 2013, a Celesc Distribuição em 15 de maio de 2013 realizou, junto ao Agente Fiduciário a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a 1ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e cuja fiadora é a Centrais Elétricas de Santa Catarina. O valor da emissão é de R\$300 milhões sendo emitidas 30 mil Debêntures com valor nominal de R\$10mil unitário. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, em regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do BB – Banco de Investimentos S.A., na qualidade de instituição intermediária líder da oferta restrita. As Debêntures fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros- DI acrescidos de uma sobretaxa de 1,30% a.a., a remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência. O Valor Nominal Unitário será amortizado em três parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida a partir do 48º mês contado da data de emissão.

Em 10 de setembro de 2015, foi realizada 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Celesc Distribuição, as Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, sob o regime de garantia firme, sendo o valor total de R\$ 300 milhões. Em garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações principais e acessórias da Companhia decorrentes das Debêntures, a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC prestará fiança em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão. As Debêntures tem prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da Data de Emissão, vencendo em 10 setembro de 2016. Farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou spread de 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. As Debêntures têm como compromisso contratual (covenant) apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA inferior a 2. A companhia liquidou está debenture em setembro de 2016 conforme o vencimento.

- **Debêntures – Celesc Geração S.A**

Em janeiro de 2016 a Celesc Geração emitiu R\$150.000.000 em debêntures. Esta emissão visava agregar recurso para pagamento da segunda parcela da outorga de usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão renovada no final de 2015. A emissão contou com garantia corporativa da acionista controladora, a holding Celesc.

Abaixo as características de Debêntures captadas pela Celesc Geração:

Em 28 de janeiro de 2016, em assembleia geral extraordinária, foi aprovada, por unanimidade, a realização da 1ª (primeira) emissão, pela Companhia, de 15.000 (quinze mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), totalizando R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). As Debêntures são simples, não conversíveis em

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, tendo vencimento no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data da emissão, sem atualização monetária. Os juros remuneratórios corresponderão a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros e serão pagos trimestralmente, sem carência, nos meses de junho, setembro, dezembro e março, sendo o primeiro pagamento devido em 3 de junho de 2016 e o último pagamento devido na data de vencimento. O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado integralmente na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das debêntures resultante do resgate antecipado, de amortização extraordinária ou na data do vencimento antecipado. As Debêntures têm como compromisso contratual (covenant) apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA inferior a 2,5 nos dois primeiros semestres e relação Dívida Líquida/EBITDA inferior a 2 nos dois últimos semestres.

- **Mútuo Celesc Distribuição S.A com Celesc Geração S.A**

Em 16 de agosto de 2016, a Celesc Geração S.A (Mutuante) e a Celesc Distribuição (Mutuaria) firmaram contrato de mútuo, com anuência da ANEEL, pelo prazo de 24 meses e taxa de juro de 125% do CDI. Os pagamentos de juros e amortização do principal serão feitos no fim da operação.

A mutuante, de acordo com as necessidades da mutuaria, poderá realizar disponibilizações financeiras até o limite de R\$ 110 milhões, na forma de crédito rotativo, devendo a mutuaria efetuar coberturas parciais ou cobertura total do saldo durante a vigência do contrato.

- **Finame**

Os empréstimos contratado destinou-se a compra de máquinas e equipamentos; possui taxas de juros de 2,5% a.a. a 8,7% a.a. Em caso de inadimplência, a garantia esta vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL. Também são mantidos contratos de financiamento com o BNDES na modalidade FINAME PSI com o objetivo de financiar a aquisição de equipamentos cujos juros variam entre 2,5% a.a. a 8,7% a.a.

- **Eletrobras**

Os empréstimos e financiamentos contratados junto à Eletrobrás pela Celesc Distribuição se destinam aos programas de eletrificação rural e extensão de linhas de transmissão e subestações, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás, os juros incidentes são de 5% a.a. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis da contratante.

Do total de empréstimos mantidos pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina, a maior parte pertence à Celesc Distribuição e referem-se principalmente ao aumento do capital de giro e investimentos na rede de distribuição e subestações, exceção para o Finame que se refere à compra de equipamentos e também a debênture da Celesc Geração utilizada para pagamento da segunda parcela da outorga das usina hidrelétricas.

A tabela abaixo apresenta a composição dos empréstimos e financiamentos mantidos pelas Celesc Distribuição conforme fechamento de 2016:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Empréstimos (Saldo) (em Milhares de Reais)						
	Taxa Anual de Juros e Comissões	2016	2015	2014	Garantia	2016-2015 (%)
<b>Empréstimos Bancários</b>	7,55% a.a. a 121% do CDI e 7,55% a.a.	235.200	416.921	385.882	Subordinada	-43,59%
<b>Eletrobrás</b>	5% a.a.	56.300	89.435	135.861	Subordinada	-37,05%
<b>Finame</b>	2,5 a 9,5 a.a.	41.600	35.818	34.722	Subordinada	16,14%
<b>Debêntures I e II</b>	1,3% a.a. + CDI 2,5% a.a. + CDI	454.760	600.731	302.888	Fidejussória	-49,28%
<b>Total de Empréstimos</b>		787.791	1.142.905	859.353		-40,68%
<b>Circulante</b>		310.152	518.755	326.706		-40,59%
<b>Não circulante</b>		477.639	624.150	532.647		-40,75%

Posição 31/12/2016

**(iii) grau de subordinação entre as dívidas;**

Do ponto de vista das garantias, as dívidas da companhia são subordinadas ou fidejussória, sendo garantidas por recebíveis ou aval, respectivamente, conforme demonstra o quadro de empréstimos acima.

**(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores imobiliários e à alienação do controle societário.**

As empresas controladas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, como a Centrais Elétricas de Santa Catarina e suas subsidiárias integrais, estão sujeitas a procedimentos específicos no tocante à alienação de controle acionário, que, segundo o artigo 13º da Constituição do Estado, dependem de lei específica. Além disso, algumas das demais empresas do grupo possuem dispositivos especiais, normalmente atinentes à concessão do serviço público que exploram.

O Contrato de Concessão de Distribuição nº 56/1999 e o quinto termo aditivo estabelecem que seja vedado a Celesc Distribuição ter seu controle acionário modificado sem prévia autorização expressa da Agência Nacional de Energia Elétrica. De modo semelhante, se faz também necessária a autorização expressa do órgão regulador a cessão, alienação ou dação em garantia de qualquer bem vinculado à concessão.

Com a emissão das debêntures em 15 de maio de 2013, a política de dividendos da Celesc Distribuição torna-se restrita a um pay-out máximo de 30% até o fim do contrato.

**g. limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Conforme os diversos financiamentos e empréstimos contratados pela Companhia, referente à Finame e Empréstimos do Sistema Eletrobras dos últimos quatro anos, constata-se que foram utilizados 49,30% no exercício de 2012, 5,97% em 2013, 0,23% em 2014, 1,07% em 2015 e 2,11% em 2016, restando um saldo de 1,27%, correspondente a R\$6,7 milhões a serem utilizados em anos posteriores, conforme demonstrado abaixo:

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CONTRATO	DATA CONTRATAÇÃO	VALOR FINANCIADO	VALOR LIBERADO ATÉ 31/12/2012	VALOR LIBERADO ATÉ 31/12/2013	VALOR LIBERADO ATÉ 31/12/2014	VALOR LIBERADO ATÉ 31/12/2015	VALOR LIBERADO ATÉ 31/12/2016	SALDO
40-00526	07/06/2010	R\$ 705.422,11	R\$ 681.309,96	R\$ 681.309,96	R\$ 681.309,96	R\$ 681.309,96	R\$ 681.309,96	ENCERRADO
40-00522	07/06/2010	R\$ 160.727,79	R\$ 160.727,79	R\$ 160.727,79	R\$ 160.727,79	R\$ 160.727,79	R\$ 160.727,79	ENCERRADO
40-00523	07/06/2010	R\$ 1.825.896,25	R\$ 1.825.896,25	R\$ 1.825.896,25	R\$ 1.825.896,25	R\$ 1.825.896,25	R\$ 1.825.896,25	ENCERRADO
40-00547	25/08/2010	R\$ 1.115.447,53	R\$ 494.789,26	R\$ 494.789,26	R\$ 494.789,26	R\$ 494.789,26	R\$ 494.789,26	ENCERRADO
40-00548	25/08/2010	R\$ 1.949.289,52	R\$ 1.891.000,88	R\$ 1.891.000,88	R\$ 1.891.000,88	R\$ 1.891.000,88	R\$ 1.891.000,88	ENCERRADO
40-00620	29/03/2011	R\$ 8.384.040,00	R\$ 7.749.280,00	R\$ 7.749.280,00	R\$ 7.749.280,00	R\$ 7.749.280,00	R\$ 7.749.280,00	ENCERRADO
40-00623	29/03/2011	R\$ 3.108.800,00	R\$ 3.108.800,00	R\$ 3.108.800,00	R\$ 3.108.800,00	R\$ 3.108.800,00	R\$ 3.108.800,00	ENCERRADO
40-00624	29/03/2011	R\$ 1.363.156,00	R\$ 1.314.471,85	R\$ 1.314.471,85	R\$ 1.314.471,85	R\$ 1.314.471,85	R\$ 1.314.471,85	ENCERRADO
40-00625	29/03/2011	R\$ 2.353.891,60	R\$ 1.120.900,75	R\$ 1.120.900,75	R\$ 1.120.900,75	R\$ 1.120.900,75	R\$ 1.120.900,75	ENCERRADO
40-00626	29/03/2011	R\$ 1.359.007,59	R\$ 1.294.292,94	R\$ 1.294.292,94	R\$ 1.294.292,94	R\$ 1.294.292,94	R\$ 1.294.292,94	ENCERRADO
40-00629	29/03/2011	R\$ 2.991.183,09	R\$ 2.884.355,12	R\$ 2.884.355,12	R\$ 2.884.355,12	R\$ 2.884.355,12	R\$ 2.884.355,12	ENCERRADO
40-00630	29/03/2011	R\$ 5.398.800,00	R\$ 4.925.440,00	R\$ 4.925.440,00	R\$ 4.925.440,00	R\$ 4.925.440,00	R\$ 4.925.440,00	ENCERRADO
40-00656	29/09/2011	R\$ 1.135.963,32	R\$ 1.135.963,32	R\$ 1.135.963,32	R\$ 1.135.963,32	R\$ 1.135.963,32	R\$ 1.135.963,32	ENCERRADO
40-00677	14/10/2011	R\$ 1.011.156,64	R\$ 1.011.156,58	R\$ 1.011.156,58	R\$ 1.011.156,58	R\$ 1.011.156,58	R\$ 1.011.156,58	ENCERRADO
40-00678	17/10/2011	R\$ 830.884,19	R\$ 830.884,19	R\$ 830.884,19	R\$ 830.884,19	R\$ 830.884,19	R\$ 830.884,19	ENCERRADO
40-00726	23/07/2012	R\$ 3.050.795,38	R\$ 2.299.089,60	R\$ 2.943.406,80	R\$ 3.050.793,00	R\$ 3.050.793,00	R\$ 3.050.793,00	ENCERRADO
40-00727	23/07/2012	R\$ 906.588,82	R\$ 604.376,09	R\$ 906.572,35	R\$ 906.572,35	R\$ 906.572,35	R\$ 906.572,35	ENCERRADO
40-00728	23/07/2012	R\$ 1.330.517,00	R\$ 887.010,73	R\$ 1.034.845,85	R\$ 1.330.516,00	R\$ 1.330.516,00	R\$ 1.330.516,00	ENCERRADO
40-00729	23/07/2012	R\$ 1.439.994,25	R\$ 628.908,02	R\$ 628.908,02	R\$ 628.908,02	R\$ 628.908,02	R\$ 628.908,02	ENCERRADO
40-00730	08/08/2012	R\$ 3.224.906,43	R\$ 3.224.906,43	R\$ 3.224.906,43	R\$ 3.224.906,43	R\$ 3.224.906,43	R\$ 3.224.906,43	ENCERRADO
40-00749	05/12/2012	R\$ 407.138,19	R\$ 120.638,90	R\$ 120.638,90	R\$ 120.638,90	R\$ 120.638,90	R\$ 120.638,90	ENCERRADO
40-00751	05/12/2012	R\$ 1.331.984,89	R\$ -	R\$ 1.034.056,24	R\$ 1.034.056,24	R\$ 1.034.056,24	R\$ 1.034.056,24	ENCERRADO
40-00805	27/05/2014	R\$ 1.599.818,16	R\$ -	R\$ -	R\$ 319.963,20	R\$ 1.119.871,20	R\$ 1.119.871,20	ENCERRADO
40-00806	27/05/2014	R\$ 2.260.481,81	R\$ -	R\$ -	R\$ 393.127,03	R\$ 491.408,79	R\$ 491.408,79	ENCERRADO
40-00807	27/05/2014	R\$ 4.927.996,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 185.600,00	R\$ 188.924,00	R\$ 188.924,00	ENCERRADO
40-00808	27/05/2014	R\$ 924.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 882.091,58	R\$ 882.091,58	ENCERRADO
40-00837	25/08/2014	R\$ 5.322.656,47	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.156.153,25	R\$ 1.156.153,25	ENCERRADO
3-49	24/07/2015	R\$ 350.489,06	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 116.829,69	R\$ 350.489,06	0,01
1-87	24/07/2015	R\$ 3.949.882,50	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.119.882,50	R\$ 3.949.882,50	
2-68	24/07/2015	R\$ 168.910,97	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 106.223,18	R\$ 62.687,79
0-04	24/07/2015	R\$ 4.123.496,59	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 124.761,31	R\$ 3.998.735,28
5-00	24/07/2015	R\$ 2.049.570,82	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 844.800,94	R\$ 1.204.769,88
7-72	03/08/2015	R\$ 3.567.179,07	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.384.144,57	R\$ 183.034,50
9-34	02/12/2015	R\$ 1.748.750,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.058.860,00	R\$ 689.890,00
11-59	02/12/2015	R\$ 2.375.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.816.045,00	R\$ 558.955,00
8-53	02/12/2015	R\$ 2.707.272,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.707.272,00	R\$ -
ECF0317	15/11/2011	R\$ 8.723.529,22	R\$ -	R\$ 8.723.529,22	R\$ 8.723.529,22	R\$ 8.723.529,22	R\$ 8.723.529,22	ENCERRADO
ECF2734	30/03/2009	R\$ 120.000.000,00	R\$ 93.715.817,92	R\$ 93.715.817,92	R\$ 93.715.817,92	R\$ 93.715.817,92	R\$ 93.715.817,92	ENCERRADO
ECF2872	30/08/2010	R\$ 86.248.171,68	R\$ 48.772.878,47	R\$ 50.187.811,10	R\$ 50.187.811,10	R\$ 50.187.811,10	R\$ 50.187.811,10	ENCERRADO
ECF2980	30/12/2011	R\$ 98.398.580,00	R\$ 19.679.716,00	R\$ 29.519.574,00	R\$ 29.519.574,00	R\$ 29.519.574,00	R\$ 29.519.574,00	ENCERRADO
ECF2986	11/05/2012	R\$ 85.015.156,34	R\$ 17.003.031,26	R\$ 25.504.546,89	R\$ 25.504.546,89	R\$ 25.504.546,89	R\$ 25.504.546,89	ENCERRADO
ECF0219	12/02/2008	R\$ 22.346.490,00	R\$ 20.111.841,00	R\$ 20.874.660,51	R\$ 20.874.660,51	R\$ 20.874.660,51	R\$ 20.874.660,51	ENCERRADO
ECF0007	27/07/2004	R\$ 5.118.150,00	R\$ 4.530.115,14	R\$ 4.530.115,14	R\$ 4.530.115,14	R\$ 4.530.115,14	R\$ 4.530.115,14	ENCERRADO
ECF0096	09/09/2005	R\$ 19.746.330,00	R\$ 17.825.537,18	R\$ 17.825.537,18	R\$ 17.825.537,18	R\$ 17.825.537,18	R\$ 17.825.537,18	ENCERRADO
Total		R\$ 527.057.501,32	R\$ 259.833.135,63	R\$ 291.294.195,44	R\$ 292.505.946,02	R\$ 298.682.412,80	R\$ 309.788.179,16	R\$ 6.698.072,46
Percentual dos Recursos Utilizados - Anual			49,30%	5,97%	0,23%	1,17%	2,11%	1,27%

### h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Descrição (em milhares de Reais)	2016	(%)	2015	(%)	2014	(%) 2016/2014
Patrimônio líquido (PL)	2.075.843	-6,69%	2.224.728	-5,07%	2.343.458	-11,42%
Receita Operacional Líquida (ROL)	6.108.740	-13,37%	7.051.528	12,22%	6.283.778	-2,79%
Custos e Despesas Operacionais (CDO)	6.055.403	-10,97%	6.801.497	23,74%	5.496.753	10,16%
Lucro Operacional (LO)	93.760	-66,84%	282.553	-65,75%	825.542	-1440,83%
Receita Financeira Líquida (RFL)	(120.314)	10,88%	(108.503)	1309,9%	8.973	-809,40%
Lucro Líquido (LL)	(9.817)	-107,51%	130.674	-74,53%	513.055	-101,91%
Ativo Circulante (AC)	3.765.539	4,91%	3.589.141	-30,94%	5.197.493	-27,55%
Passivo Circulante (PC)	4.072.723	21,84%	3.342.708	89,58%	1.763.222	130,98%
Passivo Total (PT)	6.552.872	13,68%	5.764.200	50,59%	3.827.669	71,20%
Ativo Total (AT)	8.628.715	8,01%	7.988.928	29,46%	6.171.127	39,82%
Depreciação (D)	235.576	-9,07%	259.084	19,83%	216.213	8,96%
EBITDA (E)	329.336	-39,20%	541.637	-49,09%	1.063.958	-69,05%

Fonte: DPRI

Na análise da Estrutura Financeira e Patrimonial do grupo Celesc em 2016, verifica-se na estrutura patrimonial o aumento do passivo total em 13,68% em relação ao ano anterior, o passivo circulante cresceu 21,84%, e o ativo circulante ampliou, apenas, 4,91% indicando que a empresa deve agir com precaução em relação aos indicadores de liquidez. Nesse sentido, o Grupo Celesc exibe índices de liquidez moderados compatível com a estrutura da empresa e do setor em que opera. A empresa vem buscando melhorar seus índices, alongando seus compromissos e aumentando o capital de giro líquido, inclusive com tendência ao

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

aumento sensível da representatividade tanto do Lucro Líquido como do Patrimônio Líquido em relação ao montante total de Passivos.

Comparando numa análise de três anos (2016/2014) observa-se redução de 11,42% no patrimônio líquido, tendo o passivo circulante elevado 130,98% e o ativo circulante contraído 27,55% indicando certa deterioração dos indicadores de liquidez.

Na análise da estrutura financeira, observa-se redução de 13,37% da Rol no período 2016/2015 e 2,79% na comparação 2016/2014. O lucro reduziu tanto na comparação 2016/2015 quanto 2016/2014 conforme os motivos já explicitados anteriormente (redução da ROB, revisão tarifária negativa, aumento de PMSO e redução do mercado). O EBITDA (geração de caixa) reduziu 39,20% na comparação com 2015 e 69,05% comparativamente a 2014, os fatores que atuam na apuração do lucro também influenciam no cálculo do EBITDA.

Descrição (em milhares de Reais)	2016	AV(%)	2015	AV(%)	2014	AV(%)
Patrimônio líquido (PL)	2.075.843	24,06%	2.224.728	27,85%	2.343.458	37,97%
Receita Operacional Líquida (ROL)	6.108.740	100,00%	7.051.528	100,00%	6.283.778	100,00%
Custos e Despesas Operacionais (CDO)	6.055.403	99,13%	6.801.497	96,45%	5.456.753	86,84%
Lucro Operacional (LO)	93.760	1,53%	282.753	4,01%	825.542	13,14%
Receita Financeira Líquida (RFL)	(120.314)	-1,97%	(108.503)	1,54%	8.973	0,14%
Lucro Líquido (LL)	(9.817)	-0,16%	130.674	1,85%	513.055	8,16%
Ativo Circulante (AC)	3.765.539	43,64%	3.589.141	44,93%	5.197.493	84,22%
Passivo Circulante (PC)	4.072.723	47,20%	3.342.708	41,84%	1.763.222	28,57%
Passivo Total (PT)	6.552.872	75,94%	5.764.200	100,00%	3.827.669	100,00%
Ativo Total (AT)	8.628.715	100,00%	7.988.928	100,00%	6.171.127	100,00%
Depreciação (D)	235.576	3,86%	259.084	3,67%	216.213	3,46%
EBITDA (E)	329.336	5,39%	541.637	7,68%	1.063.958	17,04%

Fonte: DPRI

Na análise vertical dos principais itens da Estrutura Financeira e Patrimonial, em 2016, observa-se o encolhimento da participação de capital próprio e a ampliação da participação do capital de terceiros no financiamento de empresa. O Patrimônio líquido reduziu sua presença no passivo total da empresa, representava 37,97% em 2014, atualmente representa 24,06%. O passivo circulante que representava 28,57% em 2014, hoje representa mais de 47,20%. O capital de terceiro, em tese, é menos oneroso para empresa, visto que o capital próprio também tem custo, entretanto a elevação dos indicadores de liquidez e endividamento ao longo do tempo pode prejudicar a estrutura financeira da empresa.

O EBITDA significava 17,04% da Receita Operacional Líquida (ROL) em 2014, em 2016 passou a significar 5,39%. A redução de participação do EBITDA decorreu principalmente da redução da Receita Operacional Líquida (ROL) visto que em termos absolutos houve aumento de participação no comparativo 2016/2015, mas redução na comparação 2016/2014 (EBITDA R\$1.063.958 em 2014, R\$541.637 em 2015 e R\$329.336 em 2016). O Lucro Líquido contraiu a participação de 8,16% em 2014 para -0,16% em 2016, influenciado negativamente pela redução da ROL e dos fatores que impactaram a mesma.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Descrição (em milhares de Reais)	2016	AH (%)	2015	AH (%)	2014	AH (%)
Patrimônio líquido (PL)	2.075.843	-11,42%	2.224.728	5,07%	2.343.458	100,00%
Receita Operacional Líquida (ROL)	6.108.740	-2,19%	7.051.528	12,91%	6.283.778	100,00%
Custos e Despesas Operacionais (CDO)	6.055.403	11,39%	6.801.497	25,12%	5.456.753	100,00%
Lucro Operacional (LO)	93.760	-88,94%	282.753	-66,65%	825.542	100,00%
Receita Financeira Líquida (RFL)	(120.314)	809,40%	(108.503)	-920,13%	8.973	100,00%
Lucro Líquido (LL)	(9.817)	-101,91%	130.674	-74,53%	513.055	100,00%
Ativo Circulante (AC)	3.765.539	-27,55%	3.589.141	-30,94%	5.197.493	100,00%
Passivo Circulante (PC)	4.072.723	130,98%	3.342.708	89,58%	1.763.222	100,00%
Passivo Total (PT)	6.552.872	71,20%	5.764.200	50,59%	3.827.669	100,00%
Ativo Total (AT)	8.628.715	39,82%	7.988.928	29,46%	6.171.127	100,00%
Depreciação (D)	235.576	8,96%	259.084	19,83%	216.213	100,00%
EBITDA (E)	329.336	-69,05%	541.637	-49,09%	1.063.958	100,00%
Indicadores	2016		2015	AH (%)	2014	AH (%)
LL / PL	-0,47%	-108,05%	5,87%	-73,18%	21,89%	100,00%
LL / ROL	-0,16%	-108,67%	1,85%	77,30%	8,16%	100,00%
AC / PC	92,46%	-13,91%	107,37%	-63,57%	294,77%	100,00%
AT / PT	131,6%	-4,99%	138,60%	-14,04%	161,22%	100,00%
PC / PT	62,15%	7,18%	57,99%	25,89%	46,07%	100,00%
PL / PT	31,68%	-17,92%	38,60%	-36,96%	61,22%	100,00%
LL / PT	-0,15%	-106,61%	2,27%	-83,09%	13,40%	100,00%
Margem EBITDA	5,39%	-29,81%	7,68%	-54,63%	16,93%	100,00%

Fonte: DPRI

Na análise horizontal dos principais itens da Estrutura Financeira e Patrimonial, o patrimônio líquido reduziu 11,42% em 2016 e aumento 5,07% em 2015 respectivamente, tomando como base os valores de 2014. Concorrentemente, o ativo circulante reduziu 27,55% e 30,94% respectivamente 2016 e 2015 e o passivo circulante avançou 130,98% em 2016 e 89,58% em 2015.

A Receita Operacional Líquida (ROL) reduziu 2,19% e ampliou 12,91% em 2016 e 2015, respectivamente, tomando como base os valores do ano de 2014. Concomitantemente, os Custos e Despesas Operacionais (CPO) cresceram 11,39% em 2016 e 25,12% em 2015, respectivamente, ao valor base de 2014.

Portanto, verifica-se na análise horizontal que o Lucro Líquido variou negativamente em 2016 (101,91%) e em 2015 (74,53%) em relação ao seu valor base de 2014, influenciado negativamente pela redução da Receita Operacional Líquida (ROL) de 2,19% em 2016 e elevação de 12,91% em 2015 e também 11,39% e 25,12% nos custos de despesas operacionais respectivamente 2016 e 2015 e tomando como base 2014.

Estes resultados apresentam forte interação com o resultado do indicador margem EBTIDA, por exemplo. Este indicador reduziu-se 69,05% e 49,09 em 2016 e 2015 respectivamente relativamente ao valor do ano base de 2014.

Em suma, os indicadores sinalizam redução da rentabilidade sobre o patrimônio e a margem líquida, por sua vez os indicadores de liquidez e endividamento apresentam trajetória crescente a partir de 2014 influenciados pela mudança na estrutura de capital da empresa, aumento da participação de capital de terceiro, e pelo aumento dos custos e despesas operacionais que absorvem os aumentos marginais da Receita Operacional Líquida.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2 – Resultado Operacional e Financeiro****a. resultado das operações do emissor, em especial:**

**(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**

A Centrais Elétricas de Santa Catarina atua basicamente nas atividades de distribuição e geração de energia, tendo como principal setor o de distribuição. A atividade de Distribuição, nos últimos três anos, é responsável por mais de 95% da Receita Líquida, consequentemente a empresa de geração tem importância menos relevante em relação ao Lucro Líquido do grupo. Contudo, conforme observado abaixo, a participação da Celesc Geração tem aumentado gradativamente, em 2014 representava 19,8% do resultado da empresa, já em 2015 representa mais de 25,75%. Em 2016, o bom desempenho, com lucro de R\$25,1 milhões, contribuiu para reduzir o impacto negativo da Celesc Distribuição, que encerrou ano com variação negativa de R\$52,5 milhões, no Consolidado (variação negativa de R\$-9,8 milhões). O aumento da participação da Celesc Geração é reflexo do comportamento empreendedor investido em novos empreendimento e negócios.

Lucros Individuais e Participação Proporcional (em milhares de Reais)	2016	2015	2014
Lucro Líquido Consolidado	(9.817)	130.674	513.055
Celesc Distribuição	(52.530)	81.346	383.618
		<b>62,25%</b>	<b>74,77%</b>
Celesc Geração	25.143	33.654	101.600
		<b>25,75%</b>	<b>19,80%</b>

Fonte:DPRI

Observa-se também o aumento das participações no desempenho do grupo, sendo que em 2014 representava 5,43%, já em 2015, 12%. O resultado das participações é apurado pela equivalência patrimonial, indicado o quanto do empreendimento contribui para o resultado da empresa.

A tabela abaixo indica a participação em cada empresa segundo a equivalência patrimonial, observa-se que no período 2016/2014, observa-se o aumento das participadas (SCGÁS, ECTE, DFESA) na formação do resultado financeiro.

Controladora   Resultado das Participações Societárias					
R\$ Milhões	Resultado das Partiições				
	2014	2015	2016	2016/2015	2016/2014
Celesc Distribuição (100%)	383,6	81,3	(52,5)	-164,61%	-113,69%
Celesc Geração (100%)	101,6	33,7	25,1	-25,39%	-75,25%
SCGÁS (17%)	6,9	1,0	19,7	1874,92%	186,22%
ECTE (30,9%)	22,4	5,5	13,1	137,81%	-41,61%
DFESA (23%)	10,1	26,1	7,9	-69,76%	-21,86%
<b>Resultado da Equivalência Patrimonial</b>	<b>524,6</b>	<b>147,6</b>	<b>13,3</b>	<b>-90,97%</b>	<b>-97,46%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

Principais Resultados					
	2014	2015	2016	Δ 2016/2015	Δ 2016/2014
<b>Indicadores Operacionais</b>					
Celesc Distribuição - Energia Distribuída Total (GWh)	23.349	22.750	22.957	0,91%	-1,68%
Celesc Geração - Energia Produzida (GWh)	547.121	601.303	601.737	0,07%	9,98%
SCGÁS - Volume e Gás Vendido (mil/m³)	663.162	632.033	615.898	-2,55%	-7,13%
<b>Indicadores Financeiros - Consolidado (R\$ Milhões)</b>					
Receita Operacional Bruta	8.519,6	12.459,7	10.486,1	-15,84%	23,08%
Receita Operacional Líquida	6.283,8	7.051,5	6.108,7	-13,37%	-2,79%
Custos e Despesas Operacionais	(5.497,80)	(6.801,10)	(6.055,40)	-10,96%	10,14%
<b>EBITDA (IFRS)</b>	<b>1.064,0</b>	<b>541,6</b>	<b>329,3</b>	<b>-39,20%</b>	<b>-69,05%</b>
<b>MARGEM EBITDA (IFRS)</b>	<b>16,9%</b>	<b>7,7%</b>	<b>5,4%</b>		
EBITDA Ajustado (IFRS + Ativo/Passivo Regulatório - Não-Recorrentes)	541,5	548,4	311,2	-43,25%	-42,53%
Margem EBITDA Ajustado	9,2%	7,8%	5,1%		
<b>Lucro Líquido (IFRS)</b>	<b>513,1</b>	<b>130,7</b>	<b>(9,80)</b>	<b>-107,50%</b>	<b>-101,91%</b>
<b>Margem Líquida</b>	<b>8,7%</b>	<b>1,9%</b>	<b>-0,2%</b>		
Lucro Líquido Ajustado (IFRS + Ativo/Passivo Regulatório - Não-Recorrentes)	253,5	102,4	132,5	29,39%	-47,73%
Margem Líquida Ajustada	4,3%	1,6%	2,3%		
Investimento Realizado em Geração e Distribuição de Energia Elétrica	401,1	471,2	685,0	45,37%	70,78%

Na análise dos três últimos anos dos principais indicadores percebe-se que a receita bruta elevou-se mais de 23% no período, contudo a Receita Operacional reduziu 2,79% (exclui as receitas de construção) e as despesas e custos operacionais subiram 10,14%, indicando uma evolução maior do custo que a receita.

O EBITDA IFRS apresentou variação negativa de 39,2% no período 2016/2015 e 69,05% no período 2016/2014. O EBITDA ajustado, considerando o ativo e passivo regulatório e excluindo os efeitos não recorrentes, apresentou retração de 43,2% no comparativo 2016/2015 e 42,53% no comparativo 2016/2014. O lucro encerrou 2016 com variação negativa tanto no comparativo 2016/2015 (queda de 107,51%) quanto no período de 2016/2014 (retração de 101,9%). A queda do lucro pode ser explicada em parte pelo aumento dos custos e despesas operacionais, redução de mercado (efeito crise econômica), perdas, exposição voluntária 2014 contabilizada em 2016. Os investimentos do grupo (Celesc Distribuição mais Celesc Geração) apresentaram aumento significativo de 13,81%, passando de R\$401 milhões investidos em 2014 para R\$685,0 milhões (incluído R\$228,5 milhões de outorga em 2016) investidos em 2016.

Abaixo análise das empresas que compõem o grupo Celesc:

- **Celesc Distribuição S.A.**

A Celesc Distribuição é uma das maiores distribuidoras do Brasil, a empresa leva energia para mais de 2,8 milhões de unidades consumidoras localizadas em 264 municípios catarinenses (92% do território do estado) e em Rio Negro, no Paraná. A empresa ainda é responsável pelo suprimento de energia elétrica para o atendimento de quatro concessionárias e 16 permissionárias, que atuam nos demais municípios catarinenses. A Celesc Distribuição é a 2ª maior arrecadadora de ICMS de Santa Catarina e a 6ª maior distribuidora de energia elétrica brasileira em receita de fornecimento, a 7ª em volume de energia distribuída e a 10ª em número de unidades consumidoras. Mensalmente, a empresa distribui mais de 1,8 milhões de MWh e seu faturamento bruto anual alcançou a casa de R\$10,5 bilhões em 2016.

Sob o ponto de vista da Receita Operacional Líquida (ROL) a Celesc Distribuição contribuiu, em 2015, com 98,7% e a Geração 1,30%. A contribuição, portanto, de cada uma das atividades para o lucro do grupo apresenta grande variabilidade, uma vez que cada segmento tem determinantes próprios. A atividade de distribuição de energia sofre influência quase que exclusivamente da venda a consumidores cativos. Os preços são estabelecidos pela agência reguladora e o volume vendido de energia elétrica depende de parâmetros que contemplam desde a temperatura como também os aspectos gerais da atividade econômica, não somente circunscritos à área de concessão.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O consumo total de energia elétrica na área de concessão da Celesc Distribuição em 2016 totalizou 22.957 GWh, aumento de 0,9% no total de energia distribuída (mercado cativo + livre) na comparação com 2014 quando o consumo total atingiu 22.750 GWh.

No mercado cativo concentra-se 70,7% do consumo de energia e o mercado livre 29,3%. Houve redução de 5,4% no mercado cativo totalizando 16.225 GWh, já os consumidores livres também ampliaram 20,2% somando 6.720 GWh. A classe industrial, que engloba 20,8% do mercado cativo, somando 3.370 GWh, apresentando diminuição de 21,3% em relação ao acumulado de 2015. A classe comercial, que representa 20,8% do mercado cativo, contração de foi de 5,3%, com consumo de 3.377 GWh. A classe residencial, que equivale a 33,1% do mercado cativo da Celesc, consumiu 5.362 GWh, acréscimo de 3,3%. As demais classes (rural, iluminação, poderes e serviços públicos e suprimento de energia), que correspondem a 17,4% do total, consumiram o mesmo valor de 2015 alcançando 2.816 GWh. O mercado Livre apresentou aumento de 20,2% registrando 6.720 GWh no ano decorrente do aumento do número de consumidores livres, registrando 676 consumidores livres em dezembro de 2016, incremento de 384 unidades em comparação ao fechamento de 2015 quando registrava 292 consumidores livres.

Mas não só em aspectos quantitativos nosso mercado se destaca, Santa Catarina possui o maior nível de consumo per capita de energia elétrica e um dos melhores índices de desenvolvimento econômico e social do Brasil, o que se reflete positivamente na solidez dos nossos indicadores de crescimento. Contamos com um mercado diversificado – espelhando a estrutura produtiva e social catarinense – com significativa participação de todas as classes de consumo, mas com destaque para a residencial e a industrial.

### Aspectos Regulatórios da Celesc Distribuição

#### Decreto no 8.401 de 04 de Fevereiro de 2015 – Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias

O Governo Federal, por meio do Decreto no 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias. O Decreto estabelece que as bandeiras tarifárias deverão considerar as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN. A ANEEL, por meio da Nota Técnica no 28 de 05 de fevereiro de 2015, regulamenta que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição deverão ser revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, sendo repassados pela CCEE aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e as receitas obtidas conforme cobertura tarifária vigente. As bandeiras tarifárias passam a ser acionadas conforme o seguinte critério: **I bandeira tarifária verde:** será acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for inferior ao valor de R\$ 200,00 MWh; **II- bandeira tarifária amarela:** será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$ 200,00 MWh e inferior ao valor teto do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, atualmente de R\$388,48 MWh; e **III- bandeira tarifária vermelha:** será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao valor teto do PLD, de R\$ 388,48 MWh. O sistema de Bandeiras Tarifárias permite adaptar de maneira dinâmica o repasse dos custos extras da geração de energia aos consumidores via tarifa. Anteriormente, todo esse custo era repassado para a tarifa no reajuste anual ou nas revisões extraordinárias. O Governo entende ainda que a correta sinalização dos preços poderá sensibilizar a sociedade e os consumidores sobre sua responsabilidade no uso racional de recursos naturais limitados e dos impactos ambientais e econômicos resultantes do uso não eficiente da energia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Celesc Distribuição faturou R\$697,5 milhões em 2015 e R\$177,5 milhões em 2016 em receita com bandeiras tarifárias, a redução decorreu pelo fato que em 2016 predominou a bandeira amarela com reduzido custo para o consumidor.

### **Decreto nº 7.945/13 – Aporte CDE**

Em função das condições hidro energéticas desfavoráveis no final de 2012 e início de 2013, entre eles os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, o despacho das usinas térmicas estava direcionado para o patamar máximo. Diante do exposto e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente principalmente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência e à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012 e início de 2013.

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias de distribuição não têm gerência sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu, em 07 de março de 2013, o Decreto nº 7.945, que promoveu algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Com relação à contratação de energia, o Decreto nº 7.945 (i) reduziu o prazo mínimo de contrato de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, proveniente de empreendimentos existentes e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de cento e três para cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição dos custos relacionados abaixo:

- 1) A exposição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Relocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);
- 2) A exposição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);
- 3) O custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética); e
- 4) O valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia).

### **Prorrogação da Concessão – Medida Provisória – MP nº 579/12, Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 8.461/15**

A Celesc Distribuição S.A. teve o vencimento de seu contrato de concessão ocorrido no dia 07 de julho de 2015 conforme disposto no Contrato de Concessão nº 056/99. Com o advento da MP nº 579/12, trazendo nova disciplina legal para a prorrogação dos contratos de concessão, em 19 de setembro de 2012, a Companhia protocolou documento ratificando a intenção manifestada no mês de junho do mesmo ano junto ao órgão regulador - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Em janeiro de 2013, a Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.783/13, mantendo a previsão de prorrogação por 30 anos. Até 03 de junho de 2015 havia uma grande expectativa em relação às regras e condições para a prorrogação das concessões de distribuição, considerando a diretriz traçada na Lei 12.783/2013. Em junho de 2015, foi então publicado o Decreto nº 8.461, disciplinando as

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

condições para a prorrogação da concessão, bem como delegando à ANEEL a instrumentalização do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, bem como as condicionantes afetas à qualidade do serviço, à sustentabilidade econômica, à modicidade tarifária, e à racionalidade técnica, operacional e econômica. Ato contínuo, ainda em de junho de 2015, a Aneel abriu a Audiência Pública nº 038/15 com a finalidade de debater com as distribuidoras e toda a sociedade as condições propostas para a prorrogação, prazo este vencido em 13 de julho de 2015. A Celesc D, assim como outras distribuidoras e a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee, apresentaram inúmeras contribuições buscando o aprimoramento das regras e o melhor alinhamento para a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica à sociedade catarinense com qualidade e sustentabilidade. Ainda no mês de junho de 2015 o Tribunal de Contas da CAPEX - Celesc Distribuição S.A. 2015 2016 Δ Investimentos Distribuição 89,5 94,5 5,6% RAB \* 87,0 84,3 -3,1% Non - RAB 2,5 10,2 307,4% Depreciação / Amortização (42,4) (49,9) 17,7% Relação CAPEX x Depreciação 2,1x 1,9x \* RAB: Regulatory Assets Base R\$ Milhões 1º Trimestre 1,0x 10,0x 0,0 100,0 200,0 300,0 400,0 500,0

Página 23 de 55 Resultados 1T16 União – TCU proferiu decisão em Medida Cautelar determinando a suspensão do processo de Prorrogação das Concessões de distribuição para melhor análise das justificativas apresentadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e ANEEL. Em 09 de setembro o Pleno do TCU decidiu por autorizar o seguimento do processo de prorrogação, apresentando novas exigências a serem atendidas, dentre elas a manutenção dos critérios ensejadores da extinção da concessão (indicadores de Qualidade e Sustentabilidade) também a partir do sexto ano do contrato, até o seu termo final. Também foi apontada pelo TCU a impossibilidade de oportunizar as distribuidoras a apresentação de proposta de troca do controle acionário após iniciado o processo de extinção da concessão, tendo em vista inexistência de previsão legal para tanto. A partir destas condicionantes apresentadas pelo TCU, a ANEEL reabriu a Audiência Pública nº 038/2015, em sua segunda fase, para receber novas contribuições da sociedade, objetivando atender às determinações do TCU, ao mesmo tempo em que apresentou recurso (Embargos de Declaração) da decisão da Corte de Contas da União, questionando alguns pontos, e propondo alternativas à decisão proferida, de onde destacamos: i) Concessão de prazo de 18 meses para regulamentar as condicionantes relativas à governança e demais parâmetros de restrições de distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio; e ii) Possibilidade de revisão dos parâmetros do indicador de Qualidade (DEC/FEC) a cada 5 anos, após o sexto ano de concessão. Após a análise dos Embargos pela Corte de Contas da União, foi proferida nova decisão em 14 de outubro de 2015 dispondo que: i) A regulamentação prévia das condicionantes relativas à governança corporativa e demais pontos correlatos passa a ser uma recomendação e não uma determinação; e ii) A revisão dos parâmetros de DECI e FECi poderá ocorrer a cada ciclo de 5 anos conforme regulamentação previamente discutida com a sociedade. A partir desta decisão a ANEEL incorporou as determinações do TCU ao Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, aprovando-o em reunião de diretoria da Agência ocorrida no dia 20 de outubro de 2015, de modo que a minuta do Termo Aditivo encaminhado ao MME foi aprovada por meio do Despacho ANEEL nº 3.540/2015. Com o despacho do MME publicado em 11 de novembro de 2015, a Celesc Distribuição teve aprovada a versão final do Quinto Termo Aditivo, mantendo a previsão de prorrogação por 30 anos, iniciando assim os procedimentos relativos à sua assinatura dentro do prazo de 30 dias. A partir de então iniciaram-se os procedimentos internos com Assembleia Geral Extraordinária para apreciação dos acionistas da companhia, ocorrida em 02 de dezembro de 2015, além da instrumentalização documental necessária, culminando com a aprovação para assinatura do contrato e a assinatura do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 056/1999 realizada no dia 04 de dezembro de 2015 no Ministério de Minas e Energia - MME. No ano de 2016 inicia-se o acompanhamento das condicionantes para a manutenção da concessão, conforme estabelecido no Termo Aditivo assinado. Para este ano já será exigido o atingimento das metas de DEC e FEC internas estabelecidas em contrato, quais sejam: 14,77 horas para o DEC e 11,04 interrupções para o FEC. Objetivando

## **10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

atingir referidas metas acordadas com o Poder Concedentes, foram traçadas ações nos plano operacional e de investimentos, concentrando-se especialmente na Diretoria de Distribuição – DDI.

### **Subsídio Decreto nº 7.891/13 e Taxas Regulamentares**

A Companhia interpôs Ação Ordinária Judicial visando a compensação dos valores devidos e creditórios existentes com a Eletrobrás, obtendo liminar favorável. Referida ação judicial, objetiva, em termos práticos, apenas garantir que as cotas de CDE devidas à Celesc D pela Eletrobrás, sejam reconhecidas pelo juízo como recurso financeiro suficiente à adimplência das obrigações da Celesc D para com a Eletrobrás, do mesmo modo, nas parcelas de CDE (taxas regulamentares) definidas por essa agência reguladora. Os valores mensais, referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, são devidos pela Eletrobrás a Celesc D. O não recebimento destes valores comprometeu seriamente o fluxo de caixa da Página 24 de 55 Resultados 1T16 Celesc D, que se esforçou em manter-se adimplente perante as suas obrigações intrassetoriais até o limite de comprometimento do seu fluxo de caixa. A ANEEL por meio da Nota Técnica nº 252, de 31 de julho de 2014, homologou o repasse pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras à Celesc D, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$35.407, competência de agosto de 2014 a julho de 2015. Em 27 de fevereiro de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$40.102 com vigência de março a julho de 2015. Em 30 de setembro de 2015, por meio da Nota Técnica nº 261, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$49.857 com vigência de agosto de 2015 a julho de 2016. Estes valores foram contabilizados na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido.

### **Exposição contratual 2014 – Despachos ANEEL 2.642/15 e 2.078/16**

Em 2015 A ANEEL apurou as exposições contratuais das distribuidoras referentes ao ano de 2014, divulgando os montantes de exposição involuntária através do Despacho n. 2.642/2015. Para a Celesc D, foi apurado o montante de 117,2MW de exposição contratual, sendo 64,36MW reconhecidos como involuntários. Em face de tal Despacho foi apresentado recurso à ANEEL que pautouse em 3 (três) pontos: (i) 2MW decorrentes de consumidores que a ANEEL entendeu terem retornado ao mercado cativo por ato voluntário da Celesc D, o que não ocorreu, pois retornaram por ordem judicial, ou ainda foram apenas desligados; (ii) 15,818MW relativos a erro material no preenchimento de formulário de declaração no leilão A-1 de 2013, posto que referido montante de energia foi declarado em campo diverso do formulário, além do fato de referidos montantes já terem sido declarados em outros dois leilões (A-0 de 2013 e A-0 de 2014) os quais foram frustrados; e (iii) 35,02MW decorrentes de variação extraordinária de mercado ocorrida a partir de intensiva onda de calor que assolou o estado no 1º Trimestre de 2014, e consequentemente um crescimento anual da ordem de 6,7% no mercado, contra um histórico de 2,5%. Diante da inoperância de mecanismos de ajuste contratual em 2013 e 2014, referido crescimento extraordinário do mercado não pôde ser ajustado, gerando a exposição contratual da ordem de 1,5% do mercado. Através do Despacho nº 2.078 publicado em 08 de agosto de 2016, a companhia teve reconhecido no mérito, parcial provimento, de modo a: a) considerar mais 2 MW médios como exposição involuntária relativa à cessação de atividades e retorno ao mercado cativo de consumidores especiais; e b) considerar mais 15,818 MW médios como exposição involuntária, em razão do reconhecimento de erro no preenchimento da declaração de necessidades de energia para o Leilão A-1 de 2013. Diante do Despacho, a exposição considerada pelo Órgão Regulador como voluntária passou de 52,84 MW médios para 35,02 MW médios, sendo assim a Companhia está reconhecendo no resultado do 2º

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Trimestre de 2016, o valor de R\$256 milhões referente a exposição voluntária em 2014, contabilizado R\$225 milhões na conta de Ativos/Passivos Financeiros da Receita Operacional Bruta, com efeito negativo, e R\$31 milhões como despesa financeira (atualização da sobrecontratação). A Companhia informa ainda que adotará todas as medidas administrativas e judiciais necessárias com a finalidade de preservar os seus interesses, quanto ao reconhecimento do caráter involuntário dos 35,02 MW médios não atendidos no recurso apresentado à ANEEL.

### • Celesc Geração S.A.

A Celesc Geração é a subsidiária do Grupo Celesc que atua no segmento de geração de energia elétrica, através da operação, manutenção e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração de energia em parcerias com investidores privados.

Em 31 de dezembro de 2016, a empresa possuía um parque gerador próprio formado por 12 usinas, sendo 08 Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs e 04 Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGHs. Além disso, a empresa detém participação minoritária em mais 08 PCHs desenvolvidas em parceria com investidores privados, no formato de Sociedades de Propósito Específico - SPE. A capacidade total de geração da Celesc Geração em operação no período foi de 114,7 MW, sendo 106,75 MW referentes ao parque próprio e 7,95 MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros - já proporcionalizada à participação acionária da Celesc Geração nestes empreendimentos. O quadro a seguir, apresenta as PCHs de propriedade 100% da Celesc Geração:

**Parque Gerador Próprio | 100% da Celesc Geração S.A.**

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
PCH Pery*	Curitiba/SC	09/07/2017	30,00	14,08
PCH Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	16,70
PCH Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2046	15,00	8,80
PCH Garcia	Angelina/SC	07/07/2045	8,92	7,10
PCH Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	6,75
PCH Salto	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	3,99
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,40	3,80
PCH Caveiras	Lages/SC	10/07/2018	3,83	2,77
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	**	2,60	2,03
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	**	0,52	0,50
CGH Piraí	Joinville/SC	**	0,78	0,45
CGH São Lourenço	Mafrá/SC	**	0,42	0,22
<b>Total - MW</b>			<b>106,75</b>	<b>67,19</b>

\* Sem adesão a prorrogação antecipada (MP 579) – questionamento judicial (possibilidade de prorrogação por até 20 anos conforme despacho Aneel nº 3.327/12 e lei nº 9.427/96).

\*\* Usinas com potência inferior a 3 MW estão dispensadas do ato de concessão.

Nos últimos anos, norteadas pelo posicionamento estratégico de aumentar a capacidade de geração própria, a Celesc G passou a investir também na formação de parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos, através da concepção de Sociedade de Propósitos Específicos (SPE) com investidores privados. Nos anos de 2012 e 2014 a empresa realizou chamadas públicas com objetivo de tornar pública a intenção da Companhia em analisar oportunidades de parceria em empreendimentos de geração de energia, sem limitação quanto à fonte e localização do empreendimento e que estivessem alinhados a seu referencial estratégico de missão e visão empresarial.



## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A seguir estão listados os novos empreendimentos que já estão em operação em 2016:

### Empreendimentos em operação | Celesc Geração S.A. detém participação minoritária

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	05/10/2040	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Prata	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,68	26,0%	0,78	0,44
PCH Belmonte	Belmonte/SC	05/05/2039	3,60	1,84	26,0%	0,94	0,48
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,76	26,0%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	07/04/2040	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
<b>Total - MW</b>			<b>25,28</b>	<b>14,30</b>		<b>8,05</b>	<b>4,57</b>

Considerando os investimentos, principalmente em novos negócios, abaixo empreendimentos em desenvolvimento:

### Empreendimentos em desenvolvimento | Celesc Geração S.A. detém participação minoritária

USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física* (MW)	Data prevista de entrada em operação	STATUS
PCH Painel	São Joaquim/SC	18/03/2043	9,20	4,80	32,5%	2,99	1,56	N/D	Revisão de Projeto
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	19/05/2044	10,00	4,13	30,0%	3,00	1,24	N/D	Revisão de Projeto
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	13/03/2043	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69	mar/17	Obra iniciada no 1º S15
<b>Total - MW</b>			<b>25,70</b>	<b>12,37</b>		<b>9,18</b>	<b>4,48</b>		

De modo geral a formação de receita da Celesc Geração é composta por uma carteira de clientes diversificada entre as classes industrial, comercial e suprimento (comercializadoras e distribuidoras de energia), através da formalização de contratos de curto, médio e longo prazo.

Principais Resultados					
	2014	2015	2016	Δ 2016/2015	Δ 2016/2014
<b>Indicadores Operacionais</b>					
Celesc Distribuição - Energia Distribuída Total (GWh)	23.349	22.750	22.957	0,91%	-1,68%
Celesc Geração - Energia Produzida (GWh)	547.121	601.303	601.737	0,07%	9,98%
SCGÁS - Volume e Gás Vendido (mil/m³)	663.162	632.033	615.898	-2,55%	-7,13%
<b>Indicadores Financeiros - Consolidado (R\$ Milhões)</b>					
Receita Operacional Bruta	8.519,6	12.459,7	10.486,1	-15,84%	23,08%
Receita Operacional Líquida (excluindo Receita de Construção)	5.899,3	6.433,8	5.696,9	-11,45%	-3,43%
Custos e Despesas Operacionais	(5.497,80)	(6.801,10)	(6.055,40)	-10,96%	10,14%
<b>EBITDA (IFRS)</b>	<b>1.064,0</b>	<b>541,6</b>	<b>329,3</b>	<b>-39,20%</b>	<b>-69,05%</b>
<b>MARGEM EBITDA (IFRS)</b>	<b>17,0%</b>	<b>8,2%</b>	<b>5,8%</b>		
EBITDA Ajustado (IFRS + Ativo/Passivo Regulatório - Não-Recorrentes)	541,5	498,8	513,4	2,93%	-5,19%
Margem EBITDA Ajustado	9,2%	7,5%	9,0%		
<b>Lucro Líquido (IFRS)</b>	<b>513,1</b>	<b>130,7</b>	<b>(9,80)</b>	<b>-107,50%</b>	<b>-101,91%</b>
<b>Margem Líquida</b>	<b>8,7%</b>	<b>2,0%</b>	<b>-0,2%</b>		
Lucro Líquido Ajustado (IFRS + Ativo/Passivo Regulatório - Não-Recorrentes)	253,5	102,4	132,5	29,39%	-47,73%
Margem Líquida Ajustada	4,3%	1,6%	2,3%		
Investimento Realizado em Geração e Distribuição de Energia Elétrica	401,1	471,2	685,0	45,37%	70,78%

Observa-se que a Receita Operacional Líquida da Celesc Geração apresentou queda de 5,98% no comparativo 2016/2015 e 16,68% no comparativo 2016/2014, sendo reflexo da queda do PLD de curto prazo e também da redução na quantidade de energia disponível para liquidação no mercado de curto prazo (CCEE). O EBITDA e o lucro do ano reduziram 39,2% e 107,5%, respectivamente, na comparação 2016/2015 e 69,05% e 101,91%, respectivamente no comparativo 2016/2014. Os motivos da retração do EBITDA e lucro são os mesmos especificados acima para a queda da ROL: (1) Redução na conta de fornecimento energia de curto prazo liquidado na CCEE, com variação negativa de 82,6% no comparativo 2016/2015; (2) Maior nível de comercialização na conta de suprimentos de energia que apresentou variação positiva de 311,5 na comparação de 2016/2015 e 353,5% na comparação 2016/2014; (3) As reduções sistemáticas do PLD.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

Celesc Geração S.A.   Energia Faturada					
QUANTIDADE ENERGIA FATURADA (GWh)	Desempenho				
	2014	2015	2016	Δ2016/2015	Δ2016/2014
<b>Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica</b>	<b>561,9</b>	<b>602,7</b>	<b>683,4</b>	<b>13,4%</b>	<b>121,6%</b>
Industrial	217,5	279,4	266,0	-4,8%	122,3%
Comercial, Serviços e Outros	91,3	-	-	-	-
Suprimento de Energia	106,7	91,6	377,2	311,5%	353,5%
Energia de Curto Prazo (CCEE)	146,3	231,7	40,2	-82,6%	27,5%
<b>Preço Médio de Venda SEM CCEE (R\$/MWh)</b>	<b>174,71</b>	<b>230,02</b>	<b>141,01</b>	<b>-38,7%</b>	<b>-19,3%</b>
<b>Preço Médio de Venda COM CCEE (R\$/MWh)</b>	<b>295,51</b>	<b>265,32</b>	<b>196,59</b>	<b>-25,9%</b>	<b>-33,5%</b>

O preço médio de venda sem CCEE reduziu 38,7% e 19,3% respectivamente na passagem de 2015 para 2016, sendo cotado R\$141,01 em 31/12/2016 quando era cotado R\$230,02 em 31/12/2015. Já considerando o preço cotado na CCEE observou-se redução menor, sendo cotado a R\$196,59 em 31/12/2016, queda de 25,9% relativamente ao preço cotado de 31/12/2015 (R\$265,32). No período comparativo de 2016/2014 o efeito foi ao contrário constata-se queda maior na cotação com a CCEE, retração de 33,5% (R\$295,51) ante 19,3% (R\$174,71).

A Celesc Geração vem ao longo de 2016 reduzindo as vendas a CCEE e aumentando a distribuidoras, isto decorreu por dois fatores: (i) A estratégia da empresa que até então buscava firmar contratos de longo prazo para vender no curto prazo (PLD era alto e tínhamos cinco usinas no fim da concessão), após a renovação da concessão das usinas e a queda do PLD, 100% dessa energia foi para cotas (distribuidoras) e; (ii) A redução da liquidação na CCEE ocorre também devido a inadimplência na câmara, a empresa tem buscado realizar leilões de curto prazo assim que fecha o mês para vender as sobras de energia do mês que passou.

**Aspectos Regulatórios da Celesc Geração****Portaria MME nº 218 de 15 de maio de 2015**

O Ministério de Minas e Energia – MME, através da Portaria nº 218 de 15 de maio 2015 (publicada no DOU nº 92, Seção 1, pág. 62), determinou que a ANEEL promovesse Leilão para licitação das concessões de diversas Usinas Hidrelétricas – UHE, dentre as quais 05 (cinco) PCHs de propriedade 100% da Celesc Geração, para as quais os órgãos de governança da Companhia haviam deliberado pela não adesão aos termos de prorrogação antecipada das concessões diante dos termos e condições estabelecidos na Medida Provisória nº 579/2012, posteriormente convertida em Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013. Conforme regimento setorial estabelecido pela referida Lei, após o término da concessão, a usina será licitada na modalidade de receita por tarifa, estabelecida através da Receita Anual de Geração – RAG. Após a publicação da Medida Provisória nº 688/2015, as condições econômicas para participação do leilão tornaram-se consideravelmente mais atrativas, na medida em que foram incluídas à Remuneração Anual para a Gestão das Usinas – GAG-O&M, a remuneração para melhorias – GAG-melhorias, bem como o Retorno sobre Bônus de Outorga em taxa de 9,04%. Em contrapartida foi exigido o Bônus de Outorga no valor de R\$228,0 milhões como parcela do lance a ser realizado no leilão, cujo vencedor seria aquele que ofertasse o menor custo anual de gestão dos ativos de geração, expresso em R\$/ano. Considerando esta nova condição, foi constituído Grupo de Trabalho que desenvolveu análise técnica com o objetivo de avaliar a viabilidade do negócio e apresentar as modelagens de negócio possíveis para participação no certame licitatório das usinas. Após apresentação dos trabalhos, houve endereçamento pela participação no leilão, cujo deságio teto foi decidido em Assembleia Geral de Acionistas ocorrida um dia antes do certame, ou seja, em 24 de novembro de 2015. Como resultado do leilão, a Celesc Geração arrematou o Lote C ofertando um deságio de 5,21% do preço teto

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

definido para a gestão dos serviços de geração para o lote das 5 (cinco) usinas, adicionado ao aporte financeiro de R\$228,0 milhões a título de Bônus de Outorga. Por fim, como resultado do leilão, a Celesc Geração assinou os Contratos de Concessão para Serviço de Geração nº 006/2016 e 007/2016 na data de 05 de janeiro de 2016, cujos extratos de referidos contratos foram publicados no Diário Oficial da União de 07 de janeiro de 2016. As usinas PCH Palmeiras, Bracinho, Cedros e Salto, possuem concessões anteriores ao leilão 12/15 ainda vigentes até a data de 07 de novembro de 2016, sendo que a partir desta data iniciará a execução do novo Contrato de Concessão no regime de Alocação de Cotas de Garantia Física e de Energia. Segue abaixo a lista das usinas do Lote C arrematado pela Celesc Geração:

Parque Gerador I Usinas incluídas na Portaria do MME nº 218 de 15/05/2015

USINAS	LOCALIZAÇÃO	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
PCH Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	24,60	16,70
PCH Bracinho	Schroeder/SC	08/11/2016	15,00	8,80
PCH Garcia	Angelina/SC	09/11/2016	8,92	7,10
PCH Cedros	Rio dos Cedros/SC	10/11/2016	8,40	6,75
PCH Salto	Blumenau/SC	11/11/2016	6,28	5,25
<b>Total - MW</b>			<b>63,20</b>	<b>44,60</b>

No início do mês de julho de 2016, a Celesc Geração pagou a segunda parcela do Bônus de Outorga referente ao Leilão n.º12/15, no valor atualizado de R\$ 85.378.644,87. Na sequência, foi encaminhado pela ANEEL, através do Ofício n. 110/2016-CEL, a informação quanto a disponibilidade da caução apresentada para participação no leilão, no importe de R\$ 727.535,50. Através da Resolução Homologatória n. 2.107/2016, publicada em 22/07/2016, foram publicadas as novas Receitas Anuais de Geração das Usinas Garcia (R\$ 10.427.884,33), Bracinho (R\$ 7.915.892,95), Cedros (R\$ 5.778.409,10), Palmeiras (R\$ 11.998.850,47) e Salto (R\$ 4.107.446,05), em linha com a expectativa da companhia desenhada no momento do leilão (valor médio em R\$203,3/MWh). A energia gerada pelas usinas serão alocadas no regime de cotas, que é o percentual da Garantia Física de Energia e de Potência da Usina alocada às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN. O regime de cotas será de 100% da Garantia Física em 2016 e 70% a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme estabelecido na Resolução no 2 de 18 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, e Contrato de Concessão.

### Concessão PCH Caveiras

Em atendimento ao previsto na Lei nº 12.783/2013, a Companhia protocolou na ANEEL, no dia 08 de julho de 2013, o requerimento para conhecer as condições para prorrogação antecipada da concessão da PCH Caveiras que tem vencimento em julho de 2018. Recentemente houve a análise e aprovação do pedido pela Diretoria da ANEEL onde foi divulgada a receita anual de geração – GAG para a usina. Atualmente estão sendo realizados os estudos para análise de viabilidade da prorrogação da concessão no regime de cotas instaurado pela MP 579/12. A empresa também aguarda a convocação da ANEEL para a assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

### Concessão PCH Pery

A Celesc Geração mantém questionamento por meio da Justiça Federal, que tem por objeto a prorrogação do prazo de concessão da Usina Pery (+20 anos) nos moldes do art. 26, parágrafo sétimo da Lei nº 9.427/96, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido (aumento da sua capacidade instalada de 4,4 MW para 30 MW, sendo o montante correspondente à ampliação podendo ser comercializado livremente), recomendado pela ANEEL (Despacho nº 3.327 de 2012). Teve o pedido de suspensão do prazo para a assinatura do Termo Aditivo acolhido. Em 17 de fevereiro de 2014, ocorreu decisão

## **10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

favorável proferida pelo Vice-Presidente do TRF-4 nos autos da Ação Cautelar interposta pela Celesc G, atribuindo-se novamente efeito suspensivo ao caso, até decisão final e encerramento do processo. Atualmente o processo encontra-se em fase de apreciação dos Recursos Excepcionais às Instâncias Superiores do Superior Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

### **Registro de CGHs**

Com o propósito de alinhar os regimes de exploração de todas as usinas da Celesc Geração às melhores condições de mercado, bem como a legislação setorial, as CGHs Rio do Peixe, Pirai e São Lourenço tiveram a conclusão dos processos de conversão do regime de concessão de “serviço público” para o “registro” junto a ANEEL. A CGH Pirai teve recentemente a anuência da ANEEL para a conversão do seu regime, quando do término do prazo de concessão, em 07 de julho de 2015, sendo que o registro da usina já foi concluído junto à agência reguladora, cuja regularização no Contrato de Concessão nº 055/1999 está em fase conclusiva, tendo a Celesc Geração recebido o Sexto Termo Aditivo ao Contrato formalizando a sua extinção e o encerramento contratual, uma vez que apenas a Usina Pirai havia permanecido no Contrato nº 055/1999 após a conversão das demais UHEs e PCHs da Celesc Geração para o regime de produção independente.

### **Usina Ivo Silveira – Conversão do Regime para CGH**

O novo regramento legal instituído pela Lei nº 13.097/15, estendeu os benefícios de enquadramento de usinas como CGH para aquelas que possuem potência instalada entre 1MW e 3MW. Como a Usina Ivo Silveira possui 2,6MW surgiu a dúvida sobre a aplicação imediata desta nova regra para as usinas que foram afetadas pela MP 579/12, como é o caso da Usina Ivo Silveira. Após atuações da Celesc junto ao MME e ANEEL objetivando alinhar o entendimento quanto ao enquadramento automático como CGH após o término de seu prazo de concessão (07/07/2015), obtivemos retorno positivo quanto à viabilidade desta conversão, através da publicação da Resolução Autorizativa nº 5.362 em 22 de julho de 2015, extinguindo a concessão da Usina Ivo Silveira e viabilizando a solicitação de registro da usina como CGH, processo já concluído junto ao órgão regulador. Com a finalidade de legitimar a mudança do regime de concessão também já foi assinado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Concessão nº 006/2013. Em 19 de julho de 2016 foi emitida a Declaração de Registro da CGH Ivo Silveira com potência registrada de 3.250 kVA e potência ativa de 2.600 kVA, mantendo-se assegurada a titularidade da usina sem prazo de concessão definido, condição esta muito vantajosa em relação à compulsoriedade do regime de cotas.

### **Concessão PCH Celso Ramos**

Com o projeto de ampliação da ordem de 7,2MW (5,4MW para 12,6MW) aprovado pelo Órgão Regulador (Despacho Aneel nº 115/2014), a Companhia encaminhou toda a documentação necessária à ANEEL, sendo que na 8ª REUNIÃO PÚBLICA ORDINÁRIA da Diretoria da ANEEL, realizada em 17 de março de 2015, obteve a autorização para o início das obras de ampliação, bem como, a prorrogação do prazo de concessão por 20 (vinte) anos, com base no disposto no § 7º do art. 26 da Lei nº 9.427/1996 (Resolução Autorizativa nº. 5.078). O prazo para as obras de ampliação da usina encerram-se no ano de 2021. Com a finalidade de legitimar referidas autorizações, a Celesc Geração firmou junto a ANEEL o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013.

### **Fator de ajuste da garantia física – GSF**

A Celesc Geração entrou com uma Ação Ordinária Judicial contra a ANEEL requerendo que a mesma determine à CCEE a revisão da forma de cálculo do MRE, bem como que lhe seja garantido o aporte de energia equivalente à garantia física – GSF.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em pedido de tutela antecipada, a Celesc G solicitou: i) que a ANEEL determine que a CCEE aloque mensalmente à autora montante de energia equivalente aos 100% da Garantia Física; ii) caso o item i) não seja deferido, que garanta à autora o equivalente de energia aos 95% da Garantia Física; iii) ou subsidiariamente, montante de energia elétrica equivalente ao que seria a geração total do MRE caso não houvesse a garantia física. Requereu ainda, que os itens (i), (ii) ou (iii), mencionados acima, sejam antecipadamente assegurados até o trânsito em julgado da ação. 38 Resultados 2T16 Em resumo, a Celesc Geração busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do Generation Scaling Factor - GSF6 , uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural. O GSF representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e o somatório das garantias físicas das usinas. Entre os anos de 2005 e 2012, o GSF anual do MRE sempre ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos. A partir de 2013, este cenário começou a se inverter, agravando-se severamente em 2014, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano. Para o ano 2015, os valores registrados foram de 80,6% em janeiro, 78,6% em fevereiro, 78,3% em março, 82,5% em abril, 81,2% em maio, 79,4% em junho, 85,6% em julho, 84,8% em agosto e 86,9% em setembro. O GSF abaixo dos 100% impôs aos geradores um ajuste em sua garantia física no âmbito do MRE, o qual fica aquém do montante de seus contratos de comercialização de energia e que obriga os geradores a adquirir a energia deficitária ao preço do mercado livre. Em 05 de agosto de 2015, foi emitida a decisão judicial pela 5ª Vara Federal, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, deferindo o pedido liminar vindicado, concedendo parcialmente a tutela antecipada e determinando que a ANEEL e a CCEE abstenham-se de proceder ao ajuste do MRE, caso haja geração total do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE – em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto, de forma a limitar a incidência do fator de ajuste GSF ao percentual máximo de 5% do total da garantia física das demandantes. No mês de janeiro de 2016, considerando decisão judicial proferida em outro processo em que se discute o fator de ajuste GSF, a Celesc Geração foi surpreendida com um comunicado da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE imputando-lhe uma obrigação de aporte financeiro da ordem de R\$ 152 milhões. Tal cobrança desconsiderou a decisão judicial proferida em favor da Celesc Geração no processo em que esta discute o Fator de Ajuste GSF, razão pela qual se diligenciou em juízo obtendo-se nova decisão judicial determinando o afastamento da cobrança tendo em vista estarem suspensas quaisquer cobranças decorrentes do Fator de Ajuste GSF, bem como o rateio do impacto de outras decisões judiciais referentes a este assunto. Recentemente, em 15 de julho de 2016, a vice-presidente e presidente em exercício STJ, Laurita Vaz, suspendeu a liminar que limitava a 5% as perdas com a aplicação do déficit de geração hídrica dos filiados à Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa. Segundo declaração do diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Romeu Rufino, a agência vai continuar trabalhando para suspender todas as demais liminares que impedem ou limitam a cobrança do risco hidrológico das usinas com contratos no mercado livre. A autarquia vai usar a decisão do Superior Tribunal e Justiça para pedir tratamento similar em outras instâncias judiciais onde existem sentenças provisórias favoráveis aos geradores. Neste sentido, atualmente a companhia está realizando análise estratégica quanto a atuação no caso, bem como avaliação das movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

### **Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016 – Medida Provisória nº 735/2016**

Em 18 de novembro de 2016, o governo federal converteu a Medida Provisória nº 735/2016 na Lei nº 13.360/2016. Sancionada com 17 vetos e alterando 12 leis do sistema elétrico, a Lei supracitada tem os seguintes objetivos centrais: (i) reduzir o papel da Eletrobrás no setor com a transferência de competências para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; (ii) dispor sobre

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

as condições mínimas para licitação dos serviços prestados por controladas da União; e (iii) disciplinar a transferência do controle de concessionárias do setor elétrico como alternativa à extinção das respectivas concessões.

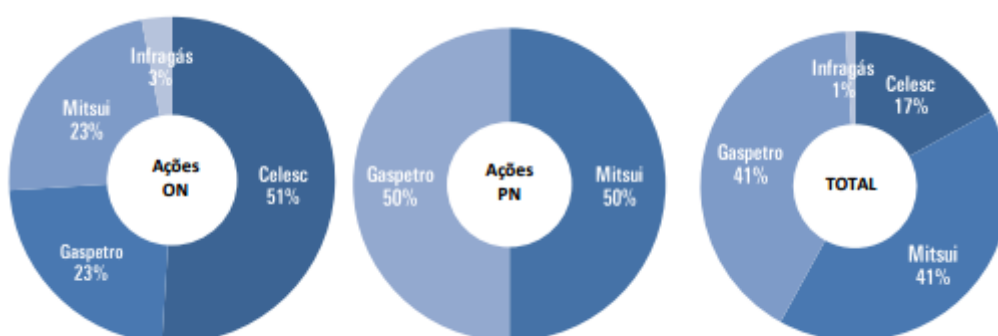
Entre os pontos de destaque para a Celesc G introduzidos por referida Lei estão à isenção do pagamento de compensação financeira passa a não ser aplicável às concessões e autorizações de geração de energia hidrelétrica com potência entre 5MW e 50MW prorrogadas a título oneroso, nos termos do art. 2º da Lei 12.783/2013.

O desconto de TUST e TUSD não serão aplicados aos empreendimentos com base em fontes solares, eólica, biomassa e cogeração qualificada que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas. A contratação de CCEAR deve observar o seguinte: (i) para entrega de energia proveniente de empreendimentos existentes: início de entrega no mesmo ano ou até o 5º ano da licitação (antes 2º); e (ii) para novos empreendimentos: início de entrega a partir do 3º e até o 5º ano da licitação (antes 7º). Poderão participar das licitações, para expansão da oferta de energia, os empreendimentos de geração com outorga de concessão licitada ou de autorização e que ainda não tenham entrado em operação comercial (antes que não tenham entrado em operação comercial em até um ano antes da data de realização da licitação) ou tenha entrado nos 2 anos anteriores à realização da licitação. Além disso, os limites mínimos para autorização do Poder Concedente para o aproveitamento de potenciais hidráulicos foram elevados. Concomitantemente, os descontos da TUST e TUSD passam a ser aplicáveis aos empreendimentos com potência igual ou superior a 5MW (antes 3MW), bem como inclui aqueles provenientes de resíduos sólidos urbanos e rurais. Neste caso, as CGHs da Celesc G (São Lourenço, Piraí, Rio do Peixe e Ivo Silveira) passam a poder ser contempladas com os descontos na TUSD.

### Participações

#### Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

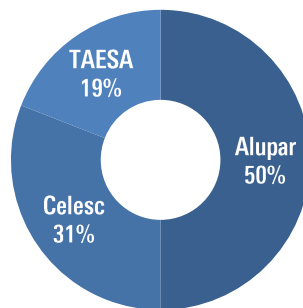
A SCGÁS é a 2ª maior distribuidora de gás canalizado em número de municípios atendidos no Brasil. Santa Catarina é o 3º Estado com maior rede de distribuição de gás natural (1.094 quilômetros) e o 3º com maior número de indústrias atendidas com gás natural (227), além de ter a 3ª maior rede de postos de gás veicular (GNV) do país (62). Com 100% da concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural no território catarinense, a empresa comercializa e distribui, diariamente, cerca de 1,8 milhão de metros cúbicos de gás natural para cerca de 8,9 mil clientes. A SCGÁS possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado, firmado em 28 de março de 1994, com vigência de 50 anos (2044). Abaixo gráfico da participação da Celesc na SCGás sendo 51% das ações ordinárias e 17% do capital social total.



## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

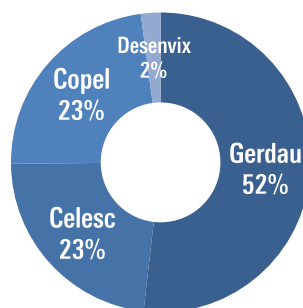
### Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

Constituída com o propósito específico de explorar linhas de transmissão de energia elétrica nas regiões Sul, Sudeste e litoral de Santa Catarina, a empresa é concessionária da LT SE Campos Novos – SE Blumenau, com 252,5km de extensão. A linha é responsável pelo transporte de cerca de 20% da energia assegurada para suprimento da demanda na área de concessão da Celesc Distribuição. Em dezembro/11, a empresa adquiriu em leilão o direito de construir as subestações Abdon Batista (525/230kV) e Gaspar (230/138kV), através da subsidiária Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE. Essas linhas foram energizadas em janeiro de 2015 e março de 2015 respectivamente. A controlada em conjunto ECTE, detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1º de novembro de 2000 com prazo de vigência de 30 anos. Para a sua subsidiária ETSE, o contrato de concessão de transmissão de energia elétrica tem data de 10 de maio de 2012 com prazo de vigência de 30 anos. A Celesc detém 30,88% do Capital Social da Empresa, conforme gráfico abaixo:



### Dona Francisca Energética S.A – DFESA

Concessionária produtora independente de energia elétrica, a DFESA é proprietária da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2001. A coligada DFESA, detém contrato de concessão datado de 28 de agosto de 1998 com prazo de vigência de 35 anos. A Celesc detém 23,03% do Capital Social da empresa, conforme gráfico abaixo:

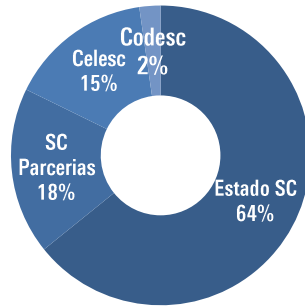


### Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN

Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, a função da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água potável e saneamento na sua área de concessão. Atualmente, os serviços prestados pela empresa abrangem 201 municípios no Estado de Santa Catarina e 1 no Paraná, atendendo uma população de 2,5 milhões de consumidores com água tratada e 319 mil com coleta, tratamento e destino final de esgoto sanitário. A Celesc é detentora de 15,48% do Capital Social total da Empresa, tanto das ações ordinária quanto preferencial conforme gráfico abaixo:

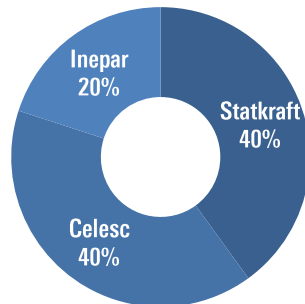


## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro



### Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A

Sociedade de Propósito Específica constituída para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão, na região de Joinville (SC), inicialmente com potência instalada de 50MW. Após analisar o histórico regulatório e o histórico dos entraves ambientais, o Conselho de Administração da Companhia, na reunião de 18 de setembro de 2014, recomendou estudo a ser realizado pelo empreendimento visando possível alteração do projeto básico, o que ainda não foi efetivado. A Celesc possui 40% do Capital Social da Empresa, conforme abaixo: Sociedade de Propósito Específica constituída para implantação da Usina Hidrelétrica de Cubatão, na região de Joinville (SC), inicialmente com potência instalada de 50MW. Após analisar o histórico regulatório e o histórico dos entraves ambientais, o Conselho de Administração, na reunião de 18 de setembro de 2014 recomendou estudo a ser realizado pelo empreendimento de possível alteração no modelo atual do projeto básico.



### Desempenho Econômico e Fatores Relevantes

#### • Exercício 2016

No cenário econômico interno para o país tem-se a expectativa que a Economia Brasileira tenha encerrado 2016 apresentando queda de 3,39%, reflexo da crise que afeta o País. O Índice Nacional do Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, assinalou alta de 6,29% no ano e o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), medido pela Fundação Getúlio Vargas, registrou elevação de 7,17%. A taxa de juros Selic (Meta Selic) determinado pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) findou 2016 com 13,75% ao ano. Já a taxa de juros real (juros nominal expurgado da inflação) fechou o ano a 7,01%.



## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Com relação a economia catarinense no balanço do ano, o desempenho econômico ficou muito aquém do potencial catarinense, como reflexo ainda da recessão iniciada em 2015, segundo o Observatório da Indústria Catarinense, um órgão pertencente à Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC). Conforme dados acumulados, o recuo da indústria catarinense ficou em 4%, inferior ao brasileiro (6,5%). Mas apenas dois setores apresentaram avanço na produção: Alimentos (3%); e Máquinas, aparelhos e materiais elétricos (2,9%).

As vendas externas catarinenses aumentaram 16% em dezembro de 2016 em comparação a novembro, mês anterior, e 23,2% em relação a dezembro de 2015. Esse desempenho foi apoiado essencialmente na exportação de automóveis para os Estados Unidos, de carne suína para a China e de soja para a Rússia. Com isso, o comércio internacional deu claros sinais de recuperação e Santa Catarina se posicionou, entre todos os estados, como o 7º maior exportador nacional e o 5º maior importador.

No contexto da empresa em 2016 tivemos elevação de 0,9% na Energia Total Distribuída na área de concessão da Celesc Distribuição, somando 22.9579 GWh com destaque para a classe residencial que registrou 3,3% de aumento no ano e os consumidores livres que cresceram 20,2% com relação ao 2015. Por outro lado, a classe industrial retraiu 21,3% no ano. Os indicadores de qualidade do serviço apresentaram melhora em relação ao 2015, tendo o DEC somado 12,83 horas (redução de 12,7%) e o FEC 8,69 (diminuição de 14,8%).

A Receita Operacional Líquida Consolidada (sem os efeitos da Receita de Construção) somou R\$5,69 bilhão no ano, redução de 11,5%, decorrente: (1) Aumento de 13,6% no PMSO; (2) Queda do PLD da subsidiária Celesc Geração; (3) Reconhecimento de R\$225 milhões relativo à exposição considerada voluntária de 2014, na conta de Ativos/Passivos Financeiros; (4) Redução da receita com bandeira tarifária.

O EBITDA Consolidado (IFRS) considerando os efeitos Não-Recorrentes foi em R\$329,3 milhões, retração de 7,2% no comparativo com 2015, quando realizou R\$354,8 milhões. O Lucro Líquido (IFRS) foi negativo em R\$9,8 milhões, contração de 107,5% em relação ao fechamento de 2015 ocasião em que realizou R\$130,7 milhões, resultado principalmente do fraco desempenho da subsidiária Celesc Distribuição que registrou prejuízo de R\$52,5 milhões.

### • Exercício 2015

O cenário econômico em 2015 foi caracterizado por crise econômica e política, o produto interno bruto principal indicador de produção sinaliza retração de 3,8%.

No contexto da empresa verificou-se variação negativa de -2,6% na Energia Total Distribuída na área de concessão da Celesc Distribuição, somando 22.750 GWh em 2015, reflexo das temperaturas médias mais amenas no período e da desaceleração econômica. A Receita Operacional Líquida Consolidada (sem os efeitos da Receita de Construção de R\$ 430,9 milhões) somou R\$6,4 bilhões no ano. O crescimento de 9,1% reflete a recomposição tarifária promovida pelo reajuste anual de agosto/14 (+23,21%), revisão tarifária extraordinária em março/15 (+24,8%), reajuste anual de agosto/15 (+3,61) e faturamento com Bandeiras Tarifárias (R\$696 no ano). O EBITDA Consolidado (IFRS) no 4T15 foi de R\$214,9 milhões (-71,1% em relação ao 4T14), reflexo principalmente do desempenho no mercado de distribuição de energia elétrica que apresentou significativa desaceleração em 2015 e pelo efeito não recorrente em 2014 do reconhecimento de Ativos Regulatórios, já incorporados ao resultado a partir de janeiro de 2015. O Lucro Líquido (IFRS) do 4T15 foi de R\$101,6 milhões (R\$2,63 por ação). No acumulado 2015 somou Lucro Líquido (IFRS) R\$130,7 milhões.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os investimentos realizados em geração e distribuição de energia elétrica somaram R\$154,7 milhões no trimestre, aumento de 6,7% em relação ao 4T14. No ano, o CAPEX Consolidado foi de R\$471,2 milhões (alta de 17,5%). O Grupo Celesc encerrou o período com Dívida Líquida Consolidada de R\$220,9 milhões, o equivalente a 0,7x o EBITDA Ajustado 12M ou 0,1x seu Patrimônio Líquido ao final de 2015.

### • Exercício 2014

No cenário Econômico a Economia Brasileira apresentou 2014 resultados insatisfatórios. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu apenas 0,1% em comparação com ano anterior, influenciado pela estagnação da zona do Euro, fraco crescimento dos Estados Unidos e desaceleração da Economia Chinesa; repercutido no preço das commodities. O crescimento interno se deveu basicamente via agricultura, impulsionado pelo aumento do preço das commodities e consumo interno.

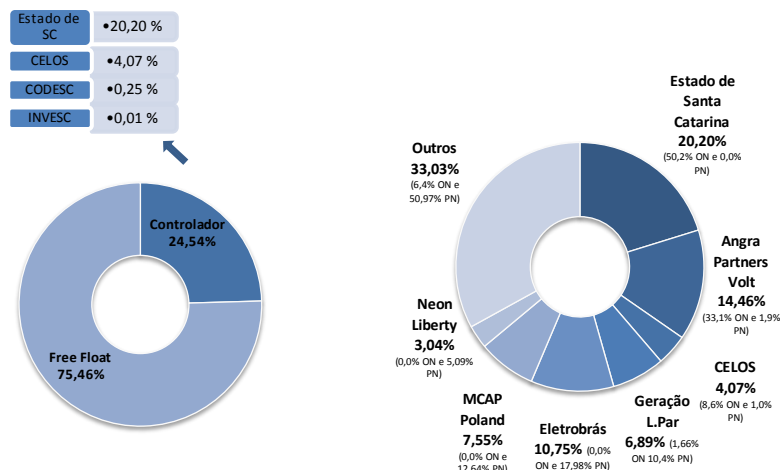
A empresa conseguiu superar as dificuldades de 2013 e 2012, principalmente com o custo de energia e a falta de fluxo de caixa. Houve crescimento de 6,3% na Energia Total Distribuída na área de concessão da Celesc Distribuição, alcançando 5.926 GWh no 4T14 (23.349 GWh no ano, alta de 5,6%). A Receita Operacional Líquida Consolidada (sem os efeitos da Receita de Construção) somou R\$5,9 bilhões (+29,1% em relação a 2013). Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o quarto termo aditivo ao contrato de concessão da Celesc Distribuição, permitindo o reconhecimento dos saldos de ativos e passivos regulatórios no resultado da Companhia e impactando positivamente a ROL no montante de R\$452,9 milhões no 4T14. Os gastos gerenciáveis consolidados (PMSO), reduziram-se 6,0% no ano (R\$55,2 milhões).

O EBITDA Consolidado Ajustado somou R\$541,5 milhões, alta de 21,6% comparativamente 2013, reflexo do maior controle nos gastos gerenciáveis (PMSO) e do excelente resultado da Celesc Geração. O Lucro Líquido (IFRS) em 2014 foi de R\$513,1 milhões (R\$13,30 por ação). Considerados os ajustes por Ativos/Passivos Regulatórios e efeitos Não Recorrentes, o Lucro Líquido seria de R\$253,5 milhões. A administração propôs à AGO distribuir R\$146,2 milhões (payout 30%), o que equivale a R\$3,93 por ação preferencial. Os investimentos realizados em geração e distribuição de energia elétrica somaram R\$401,1 milhões em 2014, aumento de 9,6% em relação a 2013.

O Grupo Celesc encerrou o exercício com Dívida Líquida Consolidada de R\$409,6 milhões, o equivalente a 0,8x o EBITDA Ajustado 12M ou 0,2x seu Patrimônio Líquido ao final de 2014.

### Mercado de Capitais

O grupo Celesc possui ações listadas na Bolsa de Valores, tendo o governo do Estado de Santa Catarina seu maior acionista com 50,18% das ordinárias e 20,2% das preferenciais. Abaixo composição acionária:

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2016 era de R\$1.340.000,00 mil, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia encerrou o ano com 6.006 acionistas, sendo 5.445 pessoas físicas e 561 pessoas jurídicas. O grupo controlador detém 20,46% do Capital Total e as demais ações são detidas, basicamente, por grandes fundos de pensão, clubes de investimento, investidores institucionais e pessoas físicas com perfil de investimento de longo prazo. Os investidores estrangeiros encerraram 2016 representando 14,52% do Capital Social total da Celesc, detendo um volume de 5.602.308 ações preferenciais.

Em 2016, essa classe de ações registrou 8.865 negócios, envolvendo a quantidade de 3.773.977 ações e tendo sido negociada em todos os 249 pregões da bolsa de valores brasileira.

**Desempenho no Mercado Acionário**

O principal Índice da Bolsa de Valores Brasileira, o Ibovespa, apresentou, no ano de 2016, valorização de 29,53%. Refletindo uma expectativa de melhora no cenário político do país, com pequena valorização do real frente ao dólar e expectativa de retomada do crescimento. O Índice de Energia Elétrica - IEE, que mede o comportamento das principais ações do setor elétrico, apresentou valorização de 38,94% em 2016.

Diante de uma expectativa de melhora da economia, ações preferenciais da Companhia apresentaram desempenho expressivo com valorização de 72,34% no ano. As ações ordinárias apresentaram desvalorização de 25,86% no ano em relação ao fechamento de 2015.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 31 de dezembro de 2016 e respectivas variações percentuais das ações da Celesc e dos principais indicadores de mercado.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****Quadro – Variação das Ações Celesc em 2016**

	Desempenho 1		
	Fechamento 31 de dezembro 2016	4o TRI 2016	Variação % Em 12 meses
Celesc PN	R\$ 15,89	13,66%	72,34%
Celesc ON	R\$ 21,50	0,00%	-25,86%
IBOVESPA	60.227	3,19%	29,53%
IEE	36.108	-0,50%	38,94%

Fonte: DEF/DPRI

Em 2016, a equipe de Relações com Investidores da Celesc manteve a agenda positiva de apresentações para o mercado de capitais por meio de realização de reuniões públicas e privadas com acionistas, investidores, analistas de mercado e imprensa especializada. Foram realizadas reuniões com analistas e representantes de alguns dos principais bancos de investimentos do país, além de apresentação junto à Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, realizada na sede de São Paulo/SP. Foram ainda realizadas teleconferências para apresentação e discussão dos resultados da Companhia e de suas subsidiárias integrais. No período de julho a novembro, a Companhia participou do processo de seleção para o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE/2016 e foi classificada a integrar o ISE da BMF&BOVESPA de 2017.

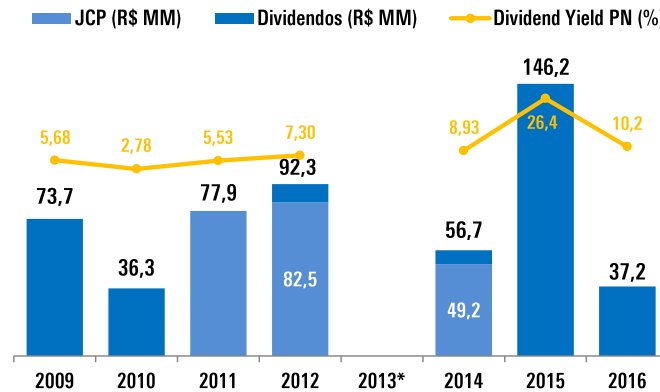
A nova carteira do ISE vigora de 2 de janeiro de 2017 a 5 de janeiro de 2018 e contempla 38 ações de 34 companhias. Ela representa 15 setores e soma R\$ 1,31 trilhão em valor de mercado, o equivalente a 52,14% do total do valor das companhias com ações negociadas na BM&FBOVESPA, com base no fechamento de 22 de novembro de 2016. A classificação reflete a evolução e compromisso de longo prazo da Companhia com o desenvolvimento sustentável, decisivo para criação de valor para a sociedade e nossos acionistas.

**Dividendos**

Na AGOE de 29/04/2016 foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$37,2 milhões referente ao exercício social de 2015. Os dividendos são de R\$0,91109919 por ação ordinária (CLSC3) e de R\$1,00220911 por ação preferencial (CLSC4), ficando ex-dividendos em 30 de abril de 2016. Em 30 de junho de 2016 foi paga a primeira parcela, restando à segunda parcela para 30 de dezembro conforme o calendário de pagamento definido em assembleia.

Desde 2007, a companhia pratica um pay-out (percentual de distribuição de lucro líquido) igual a 30%, cinco pontos percentuais (5 p.p.) acima do mínimo obrigatório e estatutário. O gráfico abaixo apresenta o histórico de proventos, bem como o dividend-yield (retorno do dividendo) propiciado aos detentores de ações preferenciais CLSC4 da Companhia.

<sup>1</sup> Variações Percentuais com ajuste a proventos

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Comentam-se a seguir as principais variáveis que possuem e possuíram impacto sobre a receita em 2016.

**Valor da Tarifa**

As tarifas reguladas de energia elétrica constituem o principal fator de influência sobre o volume de receitas, mais de 95% da receita líquida total do grupo refere-se à venda de energia elétrica. Nesse sentido, a administração da Central Elétrica de Santa Catarina trabalha fortemente em manter um relacionamento aberto e positivo com a Agência Nacional de Energia Elétrica, com o Governo Federal e outros participantes do mercado de forma que o processo de revisão das tarifas reflita sempre a realidade, atendendo aos justos anseios da sociedade catarinense e dos investidores.

Considerando que a Centrais Elétricas de Santa Catarina possui somente uma subsidiária de distribuição, a Celesc Distribuição, a variação no valor das tarifas segue sempre uma mesma lógica, embora possa se aplicar de modo diverso a diferentes classes de consumidores.

- Reajuste Tarifário Anual 2015 - Resolução Homologatório Nº 1.927 e Nota Técnica Nº 194/2015-SRE/ANEEL**

O Reajuste Tarifário da Celesc Distribuição, aplicado a partir do dia 07 de agosto de 2015 resultou em um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da ordem de 3,61%, composto pelo Índice de Reajuste Tarifário (IRT) de 4,82% (efeito econômico resultante da atualização dos custos de Parcela A e B), do componente financeiro de 3,04% no processo atual e do efeito da retirada dos componentes financeiros considerados no processo ordinário anterior, de -4,25%. Na composição do IRT para o período 2015- 2016 a Parcela A (custos não gerenciáveis) sofreu variação de 3,84% em relação aos custos que foram acrescidos na RTE mediante componente financeiro. A Parcela B (custos gerenciáveis) representou variação de 0,98%. A Parcela B foi reajustada em 5,54%, índice resultante da variação do IGP-M do período (6,87%) menos o Fator X (1,33%), que objetiva capturar os ganhos de produtividade da concessionária. A tabela abaixo detalha a composição dos itens do reajuste:

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

Participação no Reajuste Tarifário 2015 (Resolução Homologatória ANEEL 1.927/2015)		
Parcela A	Encargos Setoriais	4,92%
	Custos de Transmissão	-0,34%
	Compra de Energia	-0,73%
	<b>Total Parcela A</b>	<b>3,84%</b>
Parcela B		0,98%
<b>Reajuste Econômico (IRT), considerando a variação tarifária da RTE de março/15</b>		<b>4,82%</b>
Componentes Financeiros do Processo Atual		3,04%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		-4,25%
<b>Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores</b>		<b>3,61%</b>

- Revisão Tarifária da Celesc Distribuição - Resolução Homologatória Nº 2.120, Nota Técnica Nº 258/2016-SRE/ANEEL e Nota Técnica Nº 287/2016-SGT/ANEEL.**

A Revisão Tarifária da Celesc Distribuição, aplicado a partir do dia 22 de agosto de 2016 resultou em um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da ordem de -4,16%, composto pelo Índice de Reajuste Tarifário (IRT) de -1,54% (efeito econômico resultante da atualização dos custos de Parcela A e B), do componente financeiro de -0,47% no processo atual e do efeito da retirada dos componentes financeiros considerados no processo ordinário anterior, de -2,15%. Na composição do IRT para o período 2016- 2017 a Parcela A (custos não-gerenciáveis) sofreu variação de -2,20% em relação aos custos que foram acrescidos na RTE mediante componente financeiro. A Parcela B (custos gerenciáveis) representou variação de 0,66%. A tabela abaixo detalha a composição dos itens do reajuste:

Participação na Revisão Tarifária 2016 (Resolução Homologatória ANEEL 2.120/2016)		
Parcela A	Encargos Setoriais	-1,73%
	Custos de Transmissão	0,71%
	Compra de Energia	-1,18%
	<b>Total Parcela A</b>	<b>-2,20%</b>
Parcela B		0,66%
<b>Reajuste Econômico (IRT), considerando variação tarifária da RTE</b>		<b>-1,54%</b>
Componentes Financeiros do Processo Atual		-0,47%
Retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		-2,15%
<b>Efeito Médio a ser percebido pelos consumidores</b>		<b>-4,16%</b>

Quanto a remuneração dos ativos da Base de Remuneração Regulatória – BRR definida para o 4º ciclo tarifário, R\$ 3,0 bilhões líquido (Despacho nº 1.920/16), ficou definido 8,09% referente ao WACC Regulatório real, e taxa de depreciação média em 3,78% a.a.

Ata	Resolução Homologatória ANEEL	Reajuste/Revisão tarifário anual econômico	Efeito Médio (consumidores cativos)
04/08/2009	856	4,80%	6,96%
06/08/2010	1.037	9,25%	9,85%
05/08/2011	1.183	1,58%	1,19%
07/08/2012	1.322	3,99%	-0,32%
06/08/2013	1.574	15,37%	13,73%
07/08/2014	1.927	17,96%	22,62%
02/03/2015	1.858	21,06%	24,80%
07/08/2015	1.927	4,82%	4,82%
22/08/2016	2.120	-1,54%	-4,16%

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### Faturamento de Bandeira Tarifária

A Celesc Distribuição faturou R\$697,5 milhões em 2015 tendo predominado a bandeira vermelha com alto custo para o consumidor. Em 2016 a empresa faturou R\$177,5 milhões com dominância da bandeira amarela que tem custo reduzido para o consumidor.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

- **Conjuntura Econômica: Brasil e Santa Catarina**

Considerando que todas as operações encontram-se no Brasil, a Centrais Elétricas de Santa Catarina é basicamente afetada pela conjuntura econômica brasileira em geral, e mais especificamente a economia catarinense.

A inflação tem como efeito, afetar os custos e logo, margens de lucro. Aumentando o valor de parte dos custos e encargos financeiros corrigidos, ainda que uma parte de tais custos seja recuperável na tarifa pelo instituto da "Parcela A", ocorre um lapso de tempo até o reajuste tarifário.

A economia catarinense ainda que líder em diversos gêneros industriais de amplo consumo interno é também fortemente dependente das exportações, razão pela qual o câmbio desfavorável pode ter impacto visível sobre o desempenho econômico do Estado em particular.

### Classe Residencial e Comercial

Os principais condicionantes positivos do consumo dessas classes é o nível de emprego, massa salarial e extremos de temperatura, considerando o clima sub-temperado em partes do Estado.

### Classe Industrial

É bastante correlacionada com o Produto Interno Bruto e outras variáveis agregadas, como taxa de juros, câmbio e demanda externa. A classe industrial apresenta alta volatilidade e, sem dúvida, representa um termômetro para avaliar retração/expansão econômica nacional e mundial.

Em volume de produção e emprego, os principais setores da indústria catarinense são: têxtil, agroindustrial, alimentício, metal-mecânico e cerâmico.

### Efeitos localizados na Companhia

Algumas variáveis apresentam efeitos bastante difusos e variados no tempo, inclusive com forte ambiguidade. Existem, porém, variações conjunturais, cujos efeitos decorrentes são relativamente estimáveis.

Desses, além dos que já foram mencionados, pode-se destacar os efeitos de inflação e taxas de juros sobre os ativos e passivos da empresa. Merecem destaque as contas de Títulos e valores mobiliários circulantes, Contas a receber não circulante e a conta do passivo: Empréstimos e financiamentos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Uma parcela significativa dessas encontra-se vinculada ao CDI, em diferentes percentuais, cujas diferenças – além da própria composição ativo/passivo, pode produzir resultados variados em razão da taxa CDI.

- **Efeitos da taxa de juros**

Haja vista, o fechamento da taxa de juros Selic (básica definida pelo COPOM) em 14,25% e a previsão por parte dos especialistas da Selic em 15,25% no final de 2016 e 12,50% para 2017. Tal cenário terá impactos sobre os encargos do serviço da dívida das Debêntures emitida em maio de 2013 e agosto de 2015, além dos demais empréstimos tomados pela empresa que tem a Selic como referência.

- **Efeitos da taxa de câmbio**

Apresenta e apresentou baixa influência na receita e resultados das Centrais Elétricas de Santa Catarina, uma vez que não existem contratos em moeda estrangeira.

Apesar disso, o preço do dólar pode impactar o preço da energia comprada, visto que a energia de Itaipu é referenciada em dólar e participa em média com 16,7% do mix da Celesc Distribuição e 30% da energia total (MWh) comprada.

A taxa de câmbio tem ainda o efeito de influenciar setores industriais catarinenses, Nos últimos anos tem prejudicado alguns setores como o setor têxtil. Tal fato trouxe diminuição no faturamento de distribuição de energia elétrica.

- **Efeitos da inflação**

Em síntese, a política do governo federal em 2014 e parte de 2015 de suspender a liberação de reajustes dos preços administrados e cortar impostos para controlar a inflação. Por conseguinte, o setor elétrico é afetado negativamente, pois necessita de dispor mais recursos financeiros para antecipar eventuais situações não recorrentes, característicos do setor elétrico.



## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

### 10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

#### a. introdução ou alienação de segmento operacional

A última introdução de segmento operacional nos negócios do Grupo Celesc ocorreu em setembro de 2007, com a aquisição da SCGÁS, a concessionária distribuidora de gás natural em 100% do território do Estado de Santa Catarina. A Companhia adquiriu 51% das ações ordinárias, correspondentes a 17% do Capital Social total daquela Empresa.

#### b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em junho de 2009, a Celesc aumentou sua participação na ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ao exercer o direito de preferência na venda, por parte de um dos sócios, de ações representativas de 1,62% do capital total.

Conforme Fato Relevante publicado em 19/11/2009, a Celesc celebrou também, Contrato de Compra e Venda de Ações, para exercer o direito de preferência na aquisição de outros 9,26% do Capital Social da ECTE. Após a conclusão da operação, com a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 2.416 de 25 de maio de 2010; pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e de outros órgãos financiadores, foi realizada, em 12 de novembro de 2010, a transferência para a Celesc das ações de propriedade da MDU Resources Luxembourg II LLC, S.à.r.l., que representam 9,26% do capital votante e total da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. - ECTE, pelo valor correspondente de R\$20.163.673,71. Com a aquisição as Centrais Elétricas de Santa Catarina passaram a deter 30,88% do capital votante e total daquela empresa.

#### Celesc Geração S.A.

O Ministério de Minas e Energia – MME, através da Portaria nº 218 de 15 de maio 2015 (publicada no DOU nº 92, Seção 1, pág. 62), determinou que a ANEEL promovesse Leilão para licitação das concessões de diversas Usinas Hidrelétricas – UHE, dentre as quais 05 (cinco) PCHs de propriedade 100% da Celesc Geração, para as quais os órgãos de governança da Companhia haviam deliberado pela não adesão aos termos de prorrogação antecipada das concessões diante dos termos e condições estabelecidos na Medida Provisória nº 579/2012, posteriormente convertida em Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013. Conforme regramento setorial estabelecido pela referida Lei, após o término da concessão, a usina será licitada na modalidade de receita por tarifa, estabelecida através da Receita Anual de Geração – RAG. Após a publicação da Medida Provisória nº 688/2015, as condições econômicas para participação do leilão tornaram-se consideravelmente mais atrativas, na medida em que foram incluídas à Remuneração Anual para a Gestão das Usinas – GAG-O&M, a remuneração para melhorias – GAG-melhorias, bem como o Retorno sobre Bônus de Outorga em taxa de 9,04%. Em contrapartida foi exigido o Bônus de Outorga no valor de R\$228,0 milhões como parcela do lance a ser realizado no leilão, cujo vencedor seria aquele que ofertasse o menor custo anual de gestão dos ativos de geração, expresso em R\$/ano. Considerando esta nova condição, foi constituído Grupo de Trabalho que desenvolveu análise técnica com o objetivo de avaliar a viabilidade do negócio e apresentar as modelagens de negócio possíveis para participação no certame licitatório das usinas. Após apresentação dos trabalhos, houve endereçamento pela participação no leilão, cujo deságio teto foi decidido em Assembleia Geral de Acionistas ocorrida um dia antes do certame, ou seja, em 24 de novembro de 2015.

Como resultado do leilão, a Celesc Geração arrematou o Lote C ofertando um deságio de 5,21% do preço teto definido para a gestão dos serviços de geração para o lote das 5 (cinco) usinas, adicionado ao aporte financeiro de R\$228,5 milhões a título de Bônus de Outorga. Por fim, como resultado do leilão, a Celesc Geração assinou os Contratos de Concessão para Serviço

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

de Geração nº 006/2016 e 007/2016 na data de 05 de janeiro de 2016, cujos extratos de referidos contratos foram publicados no Diário Oficial da União de 07 de janeiro de 2016. As usinas PCH Palmeiras, Bracinho, Cedros e Salto, possuem concessões anteriores ao leilão 12/15 ainda vigentes até a data de 07 de novembro de 2016, sendo que a partir desta data iniciará a execução do novo Contrato de Concessão no regime de Alocação de Cotas de Garantia Física e de Energia. Segue abaixo a lista das usinas do Lote C arrematado pela Celesc Geração:

Parque Gerador Próprio   Usinas incluídas na Portaria do MME nº 218 de 15/05/2015				
USINAS	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)
PCH Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	24,60	16,70
PCH Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2016	15,00	8,80
PCH Garcia	Angelina/SC	07/07/2015	8,92	7,10
PCH Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2016	8,40	6,75
PCH Salto	Blumenau/SC	07/11/2016	6,28	5,25
<b>Total - MW</b>			<b>63,20</b>	<b>44,60</b>

**c. eventos ou operações não usuais**

Não resulta no período a ocorrência de operações eventos ou operações não usuais

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### 10.4 Os diretores devem comentar:

#### a. mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados operacional e financeiro. Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes referentes à Demonstração de Resultado, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidados do período findo em 31 de dezembro 2015 e 31 de dezembro de 2014, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*.

(i) Em 2016 a receita e despesa de atualização do ativo financeiro de concessão – indenizável, foi reclassificada de resultado financeiro para resultado operacional por tratar-se de item oriundo da atividade principal da entidade, juntamente com as receitas derivadas das tarifas calculadas sobre esse mesmo ativo/passivo financeiro. Em 2015, para fins comparativos, a reclassificação foi de R\$186.833 e em 2014 de R\$38.537;

(ii) Nas demonstrações de 2014 foram feitas as seguintes reclassificações para fins comparativos às Demonstrações de 2015:

a) A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos, no valor de R\$ 1.002, foi reclassificada de Outras Receitas/Despesas, líquidas para Dedução da Receita.

A Administração optou por alinhar a apresentação da demonstração do resultado com a orientação do Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, por entender que retrata mais adequadamente as operações da Companhia, embora não fosse requerida para fins societários. Seguem as reclassificações efetuadas com o intuito de alinhar o critério de apresentação com as melhores práticas das empresas do setor elétrico conforme orientação Aneel: o encargo setorial CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos como encargo do consumidor, apresentado na receita líquida, ao invés de apresentá-lo como Outras Despesas Operacionais.

b) Foi reclassificada a atualização monetária e juros, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório, de Despesas Gerais e Administrativas para Despesas Financeiras alterando o resultado financeiro, no valor de R\$60.740.

No Plano Previdenciário, do total reconhecido, há uma parte da dívida pactuada com a Fundação para pagamento da cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D reclassificou, a atualização monetária e juros, da conta de despesas gerais e administrativas para a conta de despesa financeira no resultado financeiro.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis****b.1. Demonstrações de Resultados – Consolidado**

	2014	Reclassificação 2015 e 2016	2014 Reapresentado em 2016	2015	Reclassificação 2016	2015 Reapresentado em 2016
<b>Receita</b>	<b>6.246.243</b>	<b>37.535</b>	<b>6.283.778</b>	<b>6.864.695</b>	<b>186.833</b>	<b>7.051.528</b>
Receita das Vendas e Serviços (i)	5.446.423	(1.002)	5.445.421	5.672.021	-	5.672.021
Receita de Construção – CPC 17	346.924	-	346.924	430.886	-	430.886
Receita Parcela A – CVA	452.896	-	452.896	758.788	-	758.788
Atualização Ativo Financeiro - VNR	-	38.537	38.537	-	186.833	186.833
<b>Custos</b>	<b>(5.225.067)</b>	<b>-</b>	<b>(5.225.067)</b>	<b>(6.377.461)</b>	<b>-</b>	<b>(6.377.461)</b>
Custo das Vendas e Serviços	(4.878.143)	-	(4.878.143)	(5.946.575)	-	(5.946.575)
Custo de Construção – CPC 17	(346.924)	-	(346.924)	(430.886)	-	(430.886)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.021.176</b>	<b>37.535</b>	<b>1.058.711</b>	<b>487.234</b>	<b>186.833</b>	<b>674.067</b>
Despesas com Vendas	(154.191)	-	(154.191)	(185.485)	-	(185.485)
Despesas Gerais e Administrativas (ii)	(319.089)	60.740	(258.349)	(291.354)	-	(291.354)
Outras Receitas/Despesas, Líquidas (i)	200.592	1.002	201.594	52.803	-	52.803
Resultado de Equivalência Patrimonial	38.517	-	38.517	32.522	-	32.522
<b>Resultado Operacional</b>	<b>787.005</b>	<b>99.277</b>	<b>886.282</b>	<b>95.720</b>	<b>186.833</b>	<b>282.553</b>
Receitas Financeiras	241.215	(89.253)	151.962	415.396	(186.833)	228.563
Despesas Financeiras (ii)	(193.705)	(10.024)	(203.729)	(337.066)	-	(337.066)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>47.510</b>	<b>(38.537)</b>	<b>(51.767)</b>	<b>78.330</b>	<b>(186.833)</b>	<b>(108.503)</b>
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>834.515</b>	<b>-</b>	<b>834.515</b>	<b>174.050</b>	<b>-</b>	<b>174.050</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(321.460)	-	(321.460)	(43.376)	-	(43.376)
Corrente	(41.104)	-	(41.104)	(42.675)	-	(42.675)
Diferido	(280.356)	-	(280.356)	(701)	-	(701)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>513.055</b>	<b>-</b>	<b>513.055</b>	<b>130.674</b>	<b>-</b>	<b>130.674</b>

**Lucro por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação)**

**Lucro Básico por Ação**

Ações Ordinárias Nominativas	12,5515	-	12,5515	3,1968	-	3,1968
Ações Preferenciais Nominativas	13,8066	-	13,8066	3,5165	-	3,5165

**Lucro Diluído por Ação**

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Ações Ordinárias Nominativas	12,5515	-	12,5515	3,1968	-	3,1968
Ações Preferenciais Nominativas	13,8066	-	13,8066	3,5165	-	3,5165

**b.2 Demonstração do Valor Adicionado – Consolidado**

	2014	Reclassificação 2015 e 2016	2014 Reapresentado em 2016	2015	Reclassificação 2016	2015 Reapresentado em 2016
<b>Receitas</b>	<b>8.514.277</b>	<b>38.537</b>	<b>8.552.814</b>	<b>12.375.880</b>	<b>186.833</b>	<b>12.562.713</b>
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	8.172.645	-	8.172.645	11.842.021	-	11.842.021
Receita com a Construção de Ativos	346.924	-	346.924	430.886	-	430.886
Outras Receitas Operacionais	-	38.537	38.537	83.539	186.833	270.372
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.292)	-	(5.292)	19.434	-	19.434
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>						
Custo das Mercadorias e Serviços Públicos Vendidos	(4.411.804)	-	(4.411.804)	(5.393.506)	-	(5.393.506)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(281.418)	-	(281.418)	(229.639)	-	(229.639)
Gastos com a Construção de Ativos	(346.924)	-	(346.924)	(430.886)	-	(430.886)
Perdas/Recuperação de Ativos	359.837	-	359.837	11.079	-	11.079
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>3.833.968</b>	<b>38.537</b>	<b>3.872.505</b>	<b>6.332.928</b>	<b>186.833</b>	<b>6.519.761</b>
Depreciação, Amortização e Exaustão	(218.183)	-	(218.183)	(261.055)	-	(261.055)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade</b>	<b>3.615.785</b>	<b>38.537</b>	<b>3.654.322</b>	<b>6.071.873</b>	<b>186.833</b>	<b>6.258.706</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>						
Resultado de Equivalência Patrimonial	38.517	-	38.517	32.522	-	32.522
Receitas Financeiras	241.215	(89.253)	151.962	415.396	(186.833)	228.563
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>3.895.517</b>	<b>-</b>	<b>3.895.517</b>	<b>6.519.791</b>	<b>-</b>	<b>6.519.791</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>						
Pessoal (ii)	(568.314)	60.740	(507.574)	(580.583)	-	(580.583)
Impostos, Taxas e Contribuições	(2.608.271)	-	(2.608.271)	(5.456.918)	-	(5.456.918)
Juros e Variações Cambiais	(191.734)	(10.024)	(201.758)	(335.095)	-	(335.095)
Aluguéis	(14.143)	-	(14.143)	(16.521)	-	(16.521)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(121.851)	-	(121.851)	(31.035)	-	(31.035)
Lucro/Prejuízo Retido do Exercício	(391.204)	-	(391.204)	(99.639)	-	(99.639)
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>	<b>(3.895.517)</b>	<b>-</b>	<b>(3.895.517)</b>	<b>(6.519.791)</b>	<b>-</b>	<b>(6.519.791)</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****b.3 Demonstração do Fluxo de Caixa – Consolidado**

	<b>2014</b>	<b>Reclassificação 2015</b>	<b>2014 Reapresentado 2015</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>834.515</b>	<b>-</b>	<b>834.515</b>
<b>Ajustes</b>			
Depreciação e Amortização	218.183		218.183
Ganho ou Perda na Alienação de Ativo Imobilizado/Intangível	110.604		110.604
Resultado da Equivalência Patrimonial (Nota 15)	(38.517)		(38.517)
Atualização do Ativo Financeiro - VNR	(38.537)		(38.537)
Provisão/Reversão para Perdas em Ativos	(16.035)		(16.035)
Juros e Variações Monetárias	82.189	60.740	142.929
Contingências	(209.288)		(209.288)
Provisão para Passivo Atuarial	74.861		74.861
Ganhos ou Perdas com Participações Societárias (Ativos)	(1.123)		(1.123)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	5.292		5.292
Realização de Provisão para Perdas	(56.184)		(56.184)
<b>Variações nos Ativos e Passivos</b>			
Contas a Receber	(232.998)		(232.998)
Tributos a Recuperar	36.767		36.767
Estoques	3.248		3.248
Ativos Regulatórios	(644.006)		(644.006)
Passivos Regulatórios	193.440		193.440
Outros Ativos	4.258		4.258
Subsídio Decreto 7891/2013	(208.834)		(208.834)
Depósitos Judiciais	(924)		(924)
Fornecedores	131.489		131.489
Salários e Encargos Sociais	10.897		10.897
Tributos a Pagar	(13.243)		(13.243)
Taxas Regulamentares	11.533		11.533
Outros Passivos	(6.739)		(6.739)
Passivo Atuarial(ii)	(202.175)	(60.740)	(262.915)
Dividendos Recebidos	-		-
<b>Caixa Proveniente das Operações</b>	<b>48.673</b>	<b>-</b>	<b>48.673</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(26.059)		(26.059)
Juros Pagos	(82.652)		(82.652)
<b>Caixa Líquido Proveniente das (Aplicado nas) Atividades Operacionais</b>	<b>(60.038)</b>	<b>-</b>	<b>(60.038)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>			
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	(302.674)		(302.674)
Aumento de Capital	(5.491)		(5.491)
Redução Capital Investidas	-		-
Partes Relacionadas	-		-
Dividendos Recebidos	18.072		18.072
<b>Caixa Líquido Gerado/Aplicado nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(290.093)</b>	<b>-</b>	<b>(290.093)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
Amortização de Empréstimos	(301.756)		(301.756)
Ingressos de Empréstimos	479.532		479.532
Ingressos de Debêntures	-		-
Partes Relacionadas	11.297		11.297
Dividendos Pagos	(53.659)	-	(53.659)
<b>Caixa Líquido Gerado/Aplicado nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>135.414</b>	<b>-</b>	<b>135.414</b>
<b>Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(214.717)</b>	<b>-</b>	<b>(214.717)</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>664.506</b>	<b>-</b>	<b>664.506</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	449.789	-	449.789

**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor****Ênfase 2014:***Continuidade normal das operações da Sociedade*

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades por 16 anos, até 7 de julho de 2015. A Companhia protocolou pedido de prorrogação do prazo da concessão, e posteriormente em 15 de outubro de 2012 ratificou o pedido. Em janeiro de 2014, por meio do ofício circular nº 1/2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") informou à Companhia que está analisando o pedido de prorrogação, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação. Esta situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal das operações da Companhia, pois a prorrogação do contrato de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, a qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades.

**Ênfase 2015:***Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014*

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.1.1, em decorrência das reclassificações descritas na referida nota explicativa, os valores correspondentes referentes às demonstrações consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e a IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors* e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e a IAS 1 - *Presentation of Financial Statements*. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## **10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

Os Diretores do Grupo afirmam que as principais políticas e estimativas contábeis adotadas pelo Grupo estão divulgadas na Nota Explicativa 2 de suas demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e premissas que, segundo os Diretores do Grupo, apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir. Os diretores do Grupo entendem que os critérios utilizados para mensurar as estimativas contábeis são adequados aos negócios do Grupo.

### **a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros**

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

### **b) Benefícios de Planos de Pensão**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo/receita líquida para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia utiliza a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício de acordo com as condições atuais de mercado. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão.

Ao definir a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

### **c) Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de



**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

**d) Contingências**

A Companhia atualmente está envolvida em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis. A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança. A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

**e) *Impairment* de Ativos Não Financeiros**

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

**f) Uso do Bem Público – UBP**

São os valores contratados relativos ao direito do UBP para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

A obrigação está registrada no passivo circulante e não circulante segregada dos encargos financeiros, e, a despesa financeira e a amortização são reconhecidas no resultado.

## **10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

## **10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

**10.7** Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

Não se aplica

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

**10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

a) investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Em virtude da renovação das concessões de cinco usinas das Celesc Geração e a constituição da outorga de R\$228,6 milhões, tivemos em 2016 um total de investimentos de R\$235,9 milhões, (R\$5,5 milhões em SPEs e R\$230,4 referente ao Parque Gerador Próprio).

Os investimentos no Parque Gerador Próprio totalizaram R\$230,4 milhões, sendo R\$1,8 milhões nas usinas e R\$228,6 milhões de outorga das cinco usinas que tiveram sua concessão renovada (Bracinho, Garcia, Palmeira, Rio dos Cedros e Salto) conforme tabela abaixo.

Parque Gerador Próprio		Celesc Geração S.A.   Aquisição da Concessão	
Usinas	R\$ em mil	Usinas	R\$ em mil
Adm Central	654	US Bracinho	46.408
US Bracinho	233	US Garcia	37.443
US Caveiras	40	US Palmeiras	88.070
US Celso Ramos	288	US Rio dos Cedros	35.597
US Garcia	21	US Salto	21.042
US Ivo Silveira	3	<b>Total Geral</b>	<b>228.560</b>
US Palmeiras	34		
US Pery	96		
US Pirai	205		
US Rio do Peixe	2		
US Rio dos Cedros	11		
US Salto	211		
US São Lourenço	10		
<b>Total Geral</b>	<b>1.808</b>		

Os investimentos em SPEs em 2016 somaram R\$5,5 milhões, destacando as usinas Garça Branca, Rio das Flores e Xavantina, conforme a tabela abaixo.

Celesc Geração S.A.   CAPEX por SPE	
SPEs	R\$ em mil
Garça Branca	2.450
Rio das Flores	475
Xavantina	2.573
<b>Total Geral</b>	<b>5.498</b>

Os investimentos da Celesc Geração em 2016 foram voltados para a modernização e expansão do parque gerador da empresa e redução do custo operacional das usinas, tornando mais confiável a operação e manutenção das unidades geradoras.

Abaixo destaca o programa de investimentos realizado pela empresa em 2016:

O programa de investimentos da Celesc é apresentado na tabela abaixo, sendo apresentado as macro contas e o respectivo montante de recursos.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****a) Programa de Investimentos**

<b>Programas</b>	<b>Valores (R\$ mil)</b>
Ativos Elétricos	272.007
Ativos Não- Elétricos	25.384
Usinas Próprias	236.295
Ampliação de Usinas	0
Participação em Novos Negócios	5.353
<b>Total</b>	<b>539.038</b>

**b) Origem dos Recursos**

<b>Origem</b>	<b>Valores (R\$ Mil)</b>
Recursos de Terceiros	150.000
Recursos Próprios	319.631
Participação Financeira Consumidor	69.407
<b>Total</b>	<b>539.038</b>

(ii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

De acordo com a aprovação da Revisão do Plano Diretor da Companhia, há previsão de desinvestimento relevante de participações “não energia”.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

c) novos produtos e serviços:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados;

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável em razão de não haver novos produtos e serviços em andamento

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2008, não havia nenhum pronunciamento específico referente às exigências da contabilização de garantias, e, portanto, a emissão de garantias não era necessariamente registrada nas demonstrações financeiras.

Com a adoção dos pronunciamentos que tratam sobre reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de instrumentos financeiros (CPC 38, CPC 39 e CPC 40) a partir de 1º de janeiro de 2009, a

## **10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

companhia passou a registrar as garantias emitidas superiores a sua participação nos empreendimentos controlados em conjunto.

Desta forma, não há itens relevantes desta natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante****10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Foram alocados durante o exercício de 2016, as seguintes despesas com publicidade e propaganda:

**Despesas com publicidade e propaganda**

Celesc Holding = R\$ 249.156,85  
Celesc Distribuição= R\$ 4.551.998,62  
Celesc Geração = não houve

**Despesas com publicação legal**

Celesc Holding = R\$ 756.566,52  
Celesc Geração = R\$ 169.717,29  
Celesc Distribuição= R\$ 1.225.320,35

Foram alocados durante o exercício de 2015, as seguintes despesas com publicidade e propaganda:

**Despesas com publicidade e propaganda**

Celesc Holding = R\$ 14.378,80  
Celesc Geração = R\$ 25.863,24  
Celesc Distribuição= R\$ 4.589.250,76

**Despesas com publicação legal**

Celesc Holding = R\$ 682.168,81  
Celesc Geração = R\$ 55.520,00  
Celesc Distribuição= R\$ 901.493,14